

ANARQUISMO E MARXISMO

Lucien van der Walt

INTRODUÇÃO

Qualquer análise da relação entre anarquismo e marxismo enfrenta imediatamente vários problemas. Um deles é que, embora haja uma quantidade razoável de literatura acadêmica sobre esse tema, ela é bastante irregular.¹ Muitos estudos concentram-se no conflito entre Karl Marx e Mikhail Bakunin nos anos 1870, fazendo alguns comentários sobre conflitos anteriores e posteriores, mas pouquíssimos comparam o anarquismo e o marxismo como tradições em desenvolvimento. Consequentemente, quase não há discussão sobre como marxistas posteriores (Mao Zedong, por exemplo) se diferenciam dos anarquistas. Outro problema é que muitas análises são demasiadamente esquemáticas e simplistas, omitindo questões mais profundas – por exemplo, em que medida marxistas e anarquistas diferem no que diz respeito a conceitos básicos como “classe” e “Estado” – e concentrando-se, sobretudo, nas diferenças estratégicas – mais obviamente, se o Estado pode ou deve ser tomado pelos oprimidos. Sem desconsiderar a importância das questões estratégicas, o fato é que elas estão intimamente vinculadas às análises mais abrangentes sobre a economia, a sociedade e a história. Por isso, uma compreensão precisa das diferenças entre anarquistas e marxistas acerca dessas questões exige uma compreensão igualmente precisa das maneiras que essas duas tradições entendem, por exemplo, a dinâmica fundamental do capitalismo.

Outro problema é que a longa história de debates entre as duas correntes tem sido marcada por caricaturas e mal-entendidos. Nenhum dos lados é inocente; ambos produziram polêmicas sectárias e fizeram críticas sem rigor intelectual.² Os marxistas corretamente se opuseram às críticas anarquistas que reduziram o pensamento marxista

-
- 1 Textos fundamentais incluem: CLARK, J. “Marx, Bakunin and the Problem of Social Transformation”. *Telos*, num. 42, 1979, pp. 80-97; GOULDNER, A. “Marx’s Last Battle: Bakunin and the First International”. *Theory and Society*, vol. 11, num. 6, 1982, pp. 853-884; GUÉRIN, D. “Marxism and Anarchism”. In: GOODWAY, D. (org.). *For Anarchism: History, Theory and Practice*. Londres: Routledge, 1989, pp. 109-125; MILLER, D. *Anarchism*. Londres: J.M. Dent, 1984, cap. 6.
 - 2 Apesar de alguns pontos interessantes, *Pages of Socialist History*, do anarquista Warlaam Tcherkesoff, é tão hostil ao marxismo que chega a negar toda originalidade e perspicácia de Marx; chega até o ponto de afirmar, de maneira muito pouco convincente, que o *Manifesto Comunista* foi plagiado. Ver: TCHERKESOFF, W. *Pages of Socialist History: Teachings and Acts of Social Democracy*. Nova York: C.B. Cooper, 1902, pp. 55-66.

ao funcionalismo, ao cientificismo e às concepções teleológicas da história.³ É verdade que, algumas vezes, as críticas anarquistas ao marxismo deixaram evidente a pouca familiaridade com os elementos centrais da teoria marxista e com os debates centrais do marxismo. Por outro lado, os marxistas frequentemente criticaram espantinhos do anarquismo.⁴ Por exemplo, um estudo recente sobre o sindicalismo revolucionário argumentou que sua ênfase sobre “a necessidade e a defesa da luta de classes” evidenciaria que essa forma de sindicalismo possui suas raízes no marxismo, e não no anarquismo.⁵ Essa posição não apenas ignora que anarquistas como Mikhail Bakunin sempre reivindicaram a luta de classes, mas também que os anarquistas foram aqueles que primeiro defenderam e praticaram, desde os anos 1860, o sindicalismo revolucionário.⁶ Essa forma de sindicalismo sempre foi uma variante do anarquismo, e não uma corrente separada dele.⁷ Outra coisa que vem contribuindo para complicar os debates é a tendência de muitas críticas marxistas do anarquismo se concentrarem em vertentes marginais e não representativas, e de excluir ideias e movimentos que foram centrais para o anarquismo, como o anarcocomunismo, o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário.⁸

Um debate mais frutífero e esclarecedor entre as duas correntes exige abandonar a “ausência de debate entre as tendências marxistas e anarquistas na esquerda revolucionária”.⁹ Este texto tem por objetivo desenvolver uma exposição mais sistemática das diferenças teóricas e estratégicas entre as tradições anarquista e

3 Por exemplo: HARVEY, D. “Listen Anarchist!”, 2016. Disponível em: <http://davidharvey.org/2015/06/listen-anarchist-by-david-harvey/>.

4 Por exemplo: LENIN, V. “Anarchism and Socialism”. In: *Lenin Collected Works*, vol. 5. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1961, pp. 327-330.

5 DARLINGTON, R. “Syndicalism and the Influence of Anarchism in France, Italy and Spain”. *Anarchist Studies*, vol. 17, num. 2, 2009, pp. 46-47.

6 MCKAY, I. “Another View: Syndicalism, Anarchism and Marxism”. *Anarchist Studies*, vol. 20, num. 1, 2012, p. 91.

7 Uma discussão mais completa sobre essa questão extrapola este texto. Para o argumento de que o *syndicalism* [“sindicalismo de intenção revolucionária” ou sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo] é um produto do anarquismo, ver, entre outras referências: MCKAY, I, “Another View: Syndicalism, Anarchism and Marxism”, pp. 89-105; THORPE, W. “*The Workers Themselves*”: *Revolutionary Syndicalism and International Labour, 1913-1923*. Londres: Kluwer Academic Publishers, 1989, pp. 2-22; VAN DER WALT, L. *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009, cap. 5.

8 Discuti essa questão em: VAN DER WALT, L. “Counterpower, Participatory Democracy, Revolutionary Defence: Debating *Black Flame*, Revolutionary Anarchism and Historical Marxism”. *International Socialism: A Quarterly Journal of Socialist Theory*, num. 130, 2011, pp. 193-207. [Em português: “Contrapoder, Democracia Participativa e Defesa Revolucionária”, disponível em: <https://itha-iaeth.org/lucien-van-der-walt-contrapoder-democracia-participativa-e-defesa-revolucionaria/> (N.T.)]

9 BLACKLEDGE, P. “Anarchism, Syndicalism and Strategy: A Reply to Lucien van der Walt”. *International Socialism: A Quarterly Journal of Socialist Theory*, num. 131, 2011, disponível em: <http://isj.org.uk/anarchism-syndicalism-and-strategy-a-reply-to-lucien-van-der-walt/>.

marxista. Ele vai além do restrito foco no conflito Marx-Bakunin, levando em conta um conjunto mais amplo de períodos, autores e debates; ele também destrincha mais profundamente questões teóricas em jogo. Com isso, o texto pretende definir claramente as fronteiras das tradições marxista e anarquista, tomando como base a comparação com o marxismo clássico (e não outras de suas versões), e elucidar vários debates sobre o materialismo histórico, o papel do Estado, a natureza da luta de classes e outros aspectos. O eixo central do argumento que o texto promove é que a análise social do anarquismo é muito mais rica do que frequentemente se reconhece, e que ela pode ser compreendida por meio de uma exposição adequada do conflito entre marxistas e anarquistas.

O SIGNIFICADO DE “MARXISMO” E “ANARQUISMO”

Ao levantar a questão sobre o que exatamente significa “marxismo” e “anarquismo”, não é muito útil afirmar o truismo de que há muitos “marxismos” e muitos “anarquismos”. Isso porque essa afirmação apenas recoloca a questão acerca do que pode ser classificado como “marxismo” ou “anarquismo”.

Michael Burawoy fornece uma solução parcial, sugerindo que é útil pensar no marxismo como uma “tradição”, cujo desenvolvimento pode ser compreendido como aquele de uma árvore. A partir de uma raiz de ideias particulares, surge um tronco com ramos e folhagens, sendo que cada ramo pode ser primário, secundário etc. A forma geral dessa árvore desenvolve-se como produto tanto de uma lógica interna e intrínseca, quanto de pressões externas.¹⁰ Ou seja, mesmo que haja muitos “marxismos”, eles compartilham características comuns, ainda que se desenvolvam de maneiras diferentes. A metáfora pode ser estendida: pode haver muitos “marxismos”, mas nem todos os “marxismos” são iguais. Em termos de peso e importância, alguns galhos ou ramos são muito maiores e mais fortes que outros, porque estão mais próximos do tronco; outros galhos ou ramos se enfraquecem e secam; e há ainda aqueles que se desenvolvem, se descolam e caem da árvore, talvez criando novas raízes. Voltarei a essa questão na próxima parte com mais detalhes. Considero que tal abordagem também é útil para se pensar o anarquismo como uma tradição.

Em ambos os casos, a dificuldade é identificar as raízes a partir das quais se desenvolvem as linhagens ideológicas e organizacionais. Burawoy localiza essas raízes

10 BURAWOY, M. “Marxism after Communism”. *Theory and Society*, vol. 29, num. 2, 2000, p. 154.

do marxismo nos textos “fundamentais” de Karl Marx e Friedrich Engels¹¹, embora não identifique quais são esses textos e nem suas partes essenciais. Ele dá atenção especial ao materialismo histórico marxista, incluindo sua visão de uma série de modos de produção, estruturados por classes, que são movidos por contradições internas, e que geram as forças necessárias para sua própria transcendência; e de que o Estado e outras estruturas são produzidos e condicionados por esses modos de produção. Burawoy também enfatiza a tese marxista de uma transição inevitável do capitalismo para o socialismo, que decorre das contradições inerentes ao próprio modo de produção capitalista, assim como da resolução desses conflitos pela evolução dos “coveiros” do capitalismo – ou seja, a classe trabalhadora convertida em um partido político que pode tomar o poder do Estado e, assim, nacionalizar os meios de produção, abolir o próprio sistema de classes e, enfim, inaugurar o estágio final do comunismo.¹² Nesse esquema, o poder do Estado é um instrumento por meio do qual uma classe domina a outra; os Estados só existem na sociedade de classes e, à medida que as classes desaparecem, o Estado também desaparece.

A ênfase do marxismo clássico na formação de um partido revolucionário e na nacionalização dos meios de produção como aspectos centrais da “ditadura do proletariado” é uma maneira de compreender o programa político marxista. Por “marxismo clássico” refiro-me à principal tradição histórica do marxismo, que abarca desde a Liga dos Comunistas até o Partido Socialdemocrata Alemão do pré-guerra, e desde este partido até os partidos comunistas e seus rivais trotskistas. Essa forma de estatismo não começou com Lenin ou Stálin, e já se encontra no *Manifesto Comunista*, no programa de 1872 redigido por Marx para a Associação Internacional dos Trabalhadores (a “Primeira Internacional”, 1864-1877)¹³, e na obra de Kautsky e de outros membros da Internacional Socialista (a “Segunda Internacional”, 1889-1914).

11 Ibid.

12 Ibid., pp. 157-159. Deve-se notar que esse mesmo escrito inclui elementos que prenunciam as tentativas subsequentes de Burawoy de elaborar um “marxismo sociológico”, o qual prescinde da primazia da produção, da necessidade da revolução (incluindo a tomada do poder de Estado por um partido marxista) e da abolição da forma mercadoria, em prol das lutas da “sociedade civil” para “regular” Estados e mercados, por meio de medidas reformistas e experimentos localizados. Não é evidente o que mantém essa nova teoria no campo do marxismo. Por exemplo: BURAWOY, M. “Marxism after Polanyi”. In: SATGAR, V.; WILLIAMS, M. (orgs.). *Marxisms in the 21st Century: Crisis, Critique and Struggle*. Joanesburgo: Wits University Press, 2013, pp. 35-52.

13 MARX, K.; ENGELS, F. *The Communist Manifesto*. Chicago: Henry Regnery Company, 1954, pp. 40, 55-56; GERTH, H. (org.). *The First International: Minutes of the Hague Conference of 1872*. Madison: University of Wisconsin, 1958, pp. 216-17, 285-86.

Há uma continuidade direta e real entre os textos “fundamentais” de Marx e Engels e a tradição marxista como um todo, incluindo o marxismo clássico. É claro que é possível conceber versões mais democráticas do marxismo. Por exemplo, redefinindo “partido”, de modo a considerar membros dele todos os trabalhadores e/ou as instituições radicais como os soviets; ou concebendo uma outra relação entre partido e classe trabalhadora; ou, ainda, interpretando a “ditadura do proletariado” como autogoverno etc. – procedimentos que vêm sendo bastante comuns no comunismo de conselhos.¹⁴ Contudo, não é possível estabelecer uma distinção nítida entre Marx e Engels, de um lado, e a história mais ampla do marxismo, incluindo a história do marxismo clássico, de outro – ainda que essa seja uma tentativa surpreendentemente comum. Muito se fala sobre a declaração de Marx, de que ele próprio não era marxista, ainda tal declaração seja, em geral, tirada de contexto. Naquela ocasião, Marx se referia a certos socialistas franceses, que alegavam fidelidade às suas posições, e destacou: se as posições *deles* são marxistas, então, “eu não sou marxista”.¹⁵

Outra abordagem sustenta que Marx e Engels foram mal interpretados ou traídos por “sucessores mais ou menos infiéis”.¹⁶ Tal abordagem possui muitos problemas: sua reverência quase religiosa por textos reveladores e sua preocupação com os intérpretes “infiéis”; sua incapacidade de abordar as continuidades diretas e óbvias entre as obras de Marx e Engels e seus “sucessores”; e sua abordagem ahistórica. Assim como o registro histórico do cristianismo não pode ser julgado em abstrato, por citações selecionadas dos evangelhos e epístolas, e nem reduzido aos atos de Jesus Cristo e da Igreja primitiva, tampouco a história do marxismo pode ser razoavelmente reduzida a uma exegese dos textos e das vidas de Marx ou Engels.¹⁷

O marxismo deve ser entendido não em termos de alguns textos infalíveis, mas como uma força histórica. É um absurdo falar sobre a leitura correta dos textos de Marx,

14 Por exemplo: SHIPWAY, M. “Council Communism”. In: RUBEL, M.; CRUMP, J. (orgs.). *Non-Market Socialism in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. Londres: Macmillan, 1987, pp. 104-126.

15 “O que há de certo, é que eu não sou marxista” [Ce qu’il y a de certain c’est que moi, je ne suis pas Marxiste], citado em: ENGELS, F. “Letter from Friedrich Engels to Eduard Bernstein (2-3 de novembro de 1882)”. In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 46. Moscou: Progress Publishers, 1989, p. 356. Sobre o contexto em questão: MOSS, B. H. *The Origins of the French Labour Movement: The Socialism of Skilled Workers, 1830-1914*. Berkeley: University of California Press, 1976, pp. 107, 116.

16 GUÉRIN, D. “Marxism and Anarchism”.

17 CASTORIADIS, C. “The Fate of Marxism”. In: ROUSSOPOULOS, D. (org.). *The Anarchist Papers*. Montreal: Black Rose, 2001, p. 77.

e “manter silêncio sobre o que a doutrina tornou-se na história”.¹⁸ A corrente dominante, a corrente principal dessa força histórica, tem sido o marxismo clássico, que abarca a grande maioria dos indivíduos marxistas, dos movimentos marxistas organizados e do pensamento marxista. Portanto, não há razão para que o marxismo não seja, em grande medida, avaliado pelo histórico do marxismo clássico, esse enorme galho, o galho mais firme da árvore do marxismo.

Assim entendido, o marxismo é uma tradição que conta com uma dimensão analítico-científica, uma dimensão político-militante e, ao menos implicitamente, uma dimensão ético-moral, centrada no compromisso com o desenvolvimento abrangente das capacidades individuais. Isso não significa que não tenha havido profundas ambiguidades e contradições no pensamento marxista, inclusive no marxismo clássico, entre um marxismo “científico”, que enfatizou uma abordagem determinista, economicista e teleológica, e um marxismo “crítico”, que enfatizou a agência e a vontade humana.¹⁹ Caminhando ao lado do marxismo das etapas necessárias da história e da inevitabilidade socialista, existe o marxismo que destaca a necessidade de construir ativamente um partido revolucionário, a importância da estratégia, da tática e das ações do Estado proletário-ditatorial como elo necessário entre o capitalismo e o objetivo final da história.

Entretanto, essas tensões não devem ser vistas como absolutas. Afinal, a base material é composta por pessoas que exercem sua agência dentro de restrições estruturadas e em torno de interesses estruturados.²⁰ Essas tensões também não devem ser mal interpretadas, como se equivalessem àquelas entre o marxismo clássico e o marxismo libertário. Assim como o comunismo de conselhos possui certas tendências para o determinismo e a teleologia, o marxismo clássico também conta com fortes elementos de voluntarismo. Esse voluntarismo inclui a ênfase de Kautsky no papel das táticas e estratégias revolucionárias corretas²¹; a ênfase de Lenin no partido revolucionário como o agente central da mudança; a insistência de Trotsky de que “sem um partido, fora de um partido, por cima de um partido, ou com um substituto para um partido, a revolução proletária não pode vencer”²²; o argumento de Stálin de que o regime soviético poderia construir o “socialismo em um só país”, se evitasse a

18 Ibid.

19 GOULDNER, A. *The Two Marxisms: Contradictions and Anomalies in the Development of Theory*. Londres: Macmillan, 1980, pp. 33-88.

20 KAUTSKY, K. *The Road to Power*. Chicago: Samuel Bloch, 1909, pp. 33-41.

21 Ibid., p. 60.

22 TROTSKY, L. *The Lessons of October*. Londres: Bookmarks, 1987, p. 72.

fetichização das leis econômicas e criasse deliberadamente “formas socialistas de economia [...] a partir do zero”²³; a ênfase de Mao Zedong na “guerra popular prolongada” baseada nos camponeses rurais, em substituição à mobilização proletária urbana; o foquismo de Che Guevara etc.

Aplicar essa mesma linha de raciocínio ao anarquismo exige levantar a questão sobre quais textos são fundamentais e quais ideias são essenciais à tradição anarquista. Essa questão pode acabando enviesada, levando em conta os debates existentes sobre a melhor maneira de se definir o anarquismo. Este espaço impede uma discussão mais completa do tema, mas algumas abordagens de maior relevância podem ser expostas e brevemente avaliadas.

Uma primeira abordagem sustenta que o anarquismo, por sua própria natureza, é indefinível, pois suas características centrais e fronteiras estão sempre em movimento. Isso evidentemente não tem lógica, visto que essa própria abordagem possui aspectos de definição, mesmo que negue a possibilidade de enunciá-los. De todo modo, seus partidários não a aplicam consistentemente. Levando em conta que nenhum deles, pelo menos no que é de meu conhecimento, jamais caracterizou Stálin ou Adolf Hitler como anarquistas, é óbvio que características e fronteiras centrais, de fato, existem.

Uma segunda abordagem apresenta o anarquismo como uma respeitada corrente de revolta que remonta às brumas da antiguidade asiática e europeia. Essa abordagem, que surgiu nos anos 1890, foi adotada por muitos daqueles que se identificavam com o anarquismo, incluindo Piotr Kropotkin.²⁴ Sua principal fragilidade é que ela inclui uma variedade de figuras e movimentos que têm pouco em comum e, como resultado, possui dificuldades para estabelecer critérios de definição claros ou consistentes do “anarquismo”. As maiores diferenças são minimizadas e os critérios de inclusão parecem arbitrários e opacos.

A mesma fragilidade recai sobre a terceira abordagem, que define o anarquismo como uma metodologia de luta que busca construir movimentos descentralizados e prefigurativos por meio da ação direta. Essa abordagem está implícita ou explícita em grande parte da literatura recente sobre as influências anarquistas nos movimentos

23 STALIN, J. *Economic Problems of Socialism in the USSR*. Beijing: Foreign Languages Press, 1972, p. 5.

24 Por exemplo: KROPOTKIN, P. “Anarchism”. In: BALDWIN, R. (org.). *Kropotkin’s Revolutionary Pamphlets: A Collection of Writings by Peter Kropotkin*. Nova York: Dover Publications, 1970, p. 287.

“antiglobalização” ocidentais.²⁵ Aqui, o problema é que esse estilo de organização não se restringe aos anarquistas e nem está invariavelmente enraizado na tradição anarquista. Assim, não fica claro por quais motivos ele deve ser visto como intrinsecamente anarquista ou, de maneira inversa, como é possível distinguir o anarquismo de outras correntes que adotam esse estilo de organização.

A quarta abordagem, em contraste, postula uma definição clara, fixa e uniforme: os anarquistas são aqueles que procuram “negar o Estado”, mesmo que discordem sobre o que isso significa precisamente e como isso poderia ser realizado.²⁶ Definições minimalistas desse tipo foram desenvolvidas pela identificação de elementos comuns em diferentes movimentos que foram considerados “anarquistas”. No entanto, como os critérios utilizados para incluir ou não esses movimentos é bastante arbitrário, a inferência nesse sentido é questionável.²⁷

De todo modo, uma aplicação consistente dessa definição de anarquismo levaria logicamente à inclusão dos marxistas como parte do anarquismo, tendo em vista que eles defendem explicitamente o “desaparecimento” do Estado.²⁸ O *Manifesto Comunista* argumentou que, na sociedade comunista final, não haverá Estado²⁹; Lenin destacou que os bolcheviques “não se diferenciam dos anarquistas na questão da abolição do Estado como *objetivo*”³⁰. Se essas posições e as correntes que elas representam fossem consideradas parte da tradição anarquista, isso revelaria a incapacidade dessa definição de identificar os aspectos que diferenciam o anarquismo; se elas fossem excluídas, isso revelaria a clara necessidade, assim como a aplicação implícita, de critérios adicionais de definição. Como tais posições são sempre excluídas, ainda que não haja bases para tal exclusão, a falácia dessa definição mostra-se óbvia.

25 Por exemplo: GORDON, U. “Anarchism Reloaded”. In: *Journal of Political Ideologies*. vol. 12, num. 1, 2007, pp. 32-33.

26 Um dos principais idealizadores dessa abordagem foi o jurista alemão Paul Eltzbacher. Ver: ELTZBACHER, P. *Anarchism: Exponents of the Anarchist Philosophy*. Londres: Freedom Press, 1960, pp. 189, 194, 201.

27 FLEMING, M. *The Anarchist Way to Socialism: Elisée Reclus and Nineteenth-Century European Anarchism*. Londres: Rowman and Littlefield, 1979, pp. 16-19.

28 Por exemplo: STALIN, J. “The Results of the First Five-Year Plan”. In: *Leninism: Selected Writings*. Nova York: International Publishers, 1942, pp. 366-378; ZEDONG, M. “On the People’s Democratic Dictatorship: In Commemoration of the Twenty-Eighth Anniversary of the Communist Party of China”. In: *Selected Readings From the Works of Mao Tsetung*. Beijing: Foreign Languages Press, 1971, p. 372.

29 MARX, K.; ENGELS, F. *The Communist Manifesto*, pp. 40, 55-56.

30 LENIN, V. “The State and Revolution: The Marxist Theory of the State and the Tasks of the Proletariat in the Revolution”. In: *Selected Works in Three Volumes*. Moscou: Progress Publishers, 1975, pp. 257, 281.

É significativo que os estudos que definiram o anarquismo como sinônimo de antiestatismo, os quais foram produzidos no início dos anos 1900, sejam uma *resposta* à emergência de um movimento anarquista autodefinido, que “inicialmente parecia um novo fenômeno a seus contemporâneos”. Ademais, é importante notar que a “consciência geral de uma posição ‘anarquista’” surgiu apenas no final dos anos 1870.³¹ Foi, aliás, esse novo movimento que, a partir dos anos 1890, começou a produzir o mito sobre uma antiga tradição anarquista. Compreendida em seu contexto, a função basicamente propagandística dessa mitologia revela-se um óbvio esforço de dar a essa corrente tão atacada a roupagem de uma linhagem respeitável. Essa mitologia também forneceu um impulso relevante para as definições vagas ou imprecisas de anarquismo. Contudo, da mesma maneira que os mitos nacionalistas não constituem guias confiáveis para o estudo da história das nações, isso também é verdade para os mitos anarquistas em relação à história do anarquismo.

O “novo fenômeno” do anarquismo surgiu na Primeira Internacional, como parte de um setor central daquele círculo socialista da classe trabalhadora, que se estabeleceu na segunda metade do século XIX. Mesmo a mitologia anarquista admite que o anarquismo, como movimento organizado, teve origem naquele contexto. Por esse motivo, parece razoável definir o anarquismo nos termos das ideias desse movimento e compreender, mais restritamente, suas posições essenciais por meio dos argumentos de suas duas principais figuras: Bakunin e Kropotkin.

Foi nos debates e nas lutas na Primeira Internacional que o anarquismo se constituiu pela primeira vez como uma corrente distinta, e que o sindicalismo de intenção revolucionária – [*syndicalism*], ou seja, o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo – se desenvolveu como parte do repertório anarquista. As personalidades públicas de Marx e Engels enfatizavam o caráter “científico” de seu pensamento; na verdade, era precisamente com base nessa afirmação que eles se distinguiam dos socialistas utópicos. Entretanto, suas atividades na Primeira Internacional – primeiro contra os proudhonianos, depois contra os blanquistas e, finalmente, contra os bakuninistas – demonstraram muito claramente que o trabalho político real dos marxistas envolvia uma grande ênfase nas questões de agência e de escolha. Na preparação para o Congresso de Haia, de 1872, os marxistas fizeram uma

31 FLEMING, M. *The Anarchist Way to Socialism*, p. 16.

ativa campanha em favor de suas próprias posições, buscando expulsar Bakunin da Internacional e impor a ela o seu próprio programa.

Nada disso teria sido necessário se os processos históricos impessoais e inerentes ao modo de produção capitalista tivessem assegurado a identidade última do marxismo, do socialismo e do movimento proletário. O fato de a vitória marxista não ter sido de forma alguma predestinada e o fato de o anarquismo ter sido uma corrente rival de grande importância histórica são claramente demonstrados por dois desenvolvimentos subsequentes. Primeiro, Marx e Engels sofreram uma derrota esmagadora em 1872, quando o Congresso de Haia foi repudiado por quase todas as seções da Internacional, no subsequente congresso liderado pelos anarquistas ocorrido em Saint-Imier.³² Segundo, os anarquistas avançaram rapidamente para se tornar, no início dos anos 1900, o “elemento dominante na esquerda radical conscientemente internacionalista”; “o principal veículo de oposição global ao capitalismo industrial, à autocracia, ao latifúndio e ao imperialismo”; uma imensa “força gravitacional”.³³ Essa influência estendeu-se para além do Ocidente e, pelo menos até os anos 1920, chegou a grande parte do mundo colonial e pós-colonial, onde o marxismo teve pouca importância antes de Lenin.

A tradição anarquista possui continuidades ideológicas e organizacionais em relação aos anarquistas da Primeira Internacional – ou seja, aos primeiros anarquistas – e, por isso, é possível dizer que o anarquismo tem fronteiras claras. Nessa perspectiva, os textos “fundamentais” do anarquismo são os escritos anarquistas de Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin, na medida em que conformam as raízes da árvore da tradição anarquista, de onde surgem seu tronco, seus galhos, seus ramos e suas folhagens. Por consequência, muitos corpos de ideias que às vezes são considerados “anarquistas” na mitologia anarquista e em trabalhos acadêmicos, na verdade não fazem parte dessa tradição. Isso inclui o utilitarismo de Godwin, o individualismo de Stirner, o mutualismo de Proudhon, o cristianismo de Tostoi e o “primitivismo” anti-industrial.

Não há dúvida que o mutualismo proudhoniano ajudou a nutrir as raízes do anarquismo, mas isso também é verdade em relação ao marxismo.³⁴ Mas o anarquismo representou um “proudhonismo, altamente desenvolvido e levado às suas últimas

32 BERTHIER, R. *Social-Democracy and Anarchism in the International Workers' Association, 1864-1877*. Londres: Merlin Press, 2015, pp. 66-130; STEKLOFF, G. *The History of the First International*. Londres: Martin Lawrence, 1928, parte 2, caps. 3-4.

33 ANDERSON, B. *Under Three Flags: Anarchism and the Anti-Colonial Imagination*. Londres: Verso, 2006, pp. 2, 54.

34 BAKUNIN, M. *Marxism, Freedom and the State*. Londres: Freedom Press, 1990, p. 15.

consequências”³⁵. O mutualismo proudhoniano argumentava, essencialmente, que o desenvolvimento de um setor não capitalista de artesãos, agricultores, cooperativas e bancos sem fins lucrativos e independentes facilitaria uma transição pacífica para o socialismo; mais precisamente, para uma forma daquilo que hoje seria chamado de socialismo de mercado. Bakunin insistiu que isso era “impossível”, visto que a massa do povo, já expropriada pelo “capital monopolista” e pela “grande propriedade fundiária”, dificilmente poderia esperar o estabelecimento de empresas capazes de sobreviver, e muito menos superar a “competição todo-poderosa”³⁶ do “monopólio despótico e oligárquico”³⁷ do grande capital e dos bancos.

Assim como no marxismo, há algum espaço para o debate acerca de quais são os textos “fundamentais” de Bakunin e de Kropotkin, e também sobre quais partes desses textos devem ser vistas como essenciais. Em diferentes trabalhos, chamei especial atenção para a análise anarquista da sociedade centrada nas classes sociais.³⁸ Em sua forma mais sofisticada, essa análise evita o economicismo e compreende classe como relações interdependentes de dominação e produção, incorporadas parcialmente no Estado, e que contribuem para produzir e reforçar uma série de desigualdades econômicas e sociais opressivas entre as pessoas, sem necessariamente constituir suas causas primárias. Segundo essa perspectiva, a transição da sociedade de classes para o socialismo ocorre nos termos de uma rápida substituição das instituições que fomentam a desigualdade econômica e social (por exemplo: classe, Estado e capital) pela coletivização generalizada e pela autogestão coordenada dos meios de administração, coerção e produção. Essa transição não está inscrita na trajetória de formações sociais específicas, mas é fundamentalmente um resultado *potencial*, que depende de níveis adequados de auto-organização prefigurativa de classe, de conscientização e de luta de classes revolucionária.

35 BAKUNIN, M. “The Paris Commune and the Idea of the State”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: Allen & Unwin, 1971, p. 263.

36 BAKUNIN, M. “Statism and Anarchy”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy*, p. 345.

37 BAKUNIN, M. “On the Cooperative Movement”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchism*. Montreal: Black Rose Books, 1980, p. 399.

38 Por exemplo: VAN DER WALT, L., *Black Flame*, caps. 1-5; VAN DER WALT, L. “Counterpower, Participatory Democracy, Revolutionary Defence”, pp. 193-207; VAN DER WALT, L. “Anarchism/Syndicalism as a Vision, Strategy and Experience of Bottom-up Socialist Democracy: A Reply to Daryl Glaser”. *Politikon: South African Journal of Political Studies*, vol. 40, num. 2, 2013, pp. 339-349; VAN DER WALT, L. “Reclaiming Syndicalism: From Spain to South Africa to Global Labour Today”. *Global Labour Journal*, vol. 5, num. 2, 2014, pp. 239-252.

Assim entendida, a tradição anarquista caracteriza-se, simultaneamente, por uma dimensão analítico-científica, por uma dimensão político-militante e, de maneira bastante explícita, por uma dimensão ético-moral, centrada em um compromisso com a liberdade completa do indivíduo, por meio da criação de relações igualitárias, democráticas e cooperativas. Assim como o marxismo, o anarquismo constitui-se por um conjunto coerente de ideias; muito de sua aparente incoerência é produto intelectual das definições vagas que procuram abarcar uma ampla gama de ideias, movimentos e pensadores contraditórios entre si.

Isso não quer dizer que não haja divisões no anarquismo. Uma dessas divisões ocorre entre suas duas estratégias principais: o anarquismo “insurrecionalista”, que vê as reformas como ilusórias, que considera movimentos sindicais reformistas e autoritários, e que enfatiza a propaganda pelo fato como meio para provocar uma onda revolucionária espontânea; e o anarquismo de “massas”, que defende a construção gradual de movimentos de massa, normalmente por meio de lutas em torno de questões e reformas imediatas, e que reivindica que os anarquistas participem desses movimentos para radicalizá-los e transformá-los em alavancas de transformação revolucionária. O anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário – modelos sindicais radicais que defendem a necessidade de sindicatos de base que eduquem e mobilizem trabalhadores para conquistas imediatas no presente, e para tomadas de controle dos locais de trabalho no futuro – são expressões do anarquismo de massas.

NEM TODOS OS “MARXISMOS” E “ANARQUISMOS” SÃO IGUAIS

Mesmo que o marxismo e o anarquismo tenham “preocupações idênticas”, e que realmente sejam “bem próximos” em muitos aspectos, há diferenças importantes em suas análises e premissas, que conduzem a “conclusões muito diferentes”.³⁹ Daniel Guérin compreendeu essa situação com sua habitual lucidez, descrevendo a relação entre anarquistas e marxistas como uma relação entre “irmãos e inimigos”.⁴⁰ Em outras palavras, trata-se de uma divisão dentro da ampla família socialista, conformada no seio da classe trabalhadora. Ambas as tradições nasceram no século XIX como parte da grande ascensão da classe trabalhadora moderna, e ambas as tradições “no início, beberam da mesma fonte proletária”.⁴¹ No entanto, apesar dessa origem comum, de seus

39 BERTHIER, R. *Social-Democracy and Anarchism*, pp. 162-163.

40 GUÉRIN, D. *Anarchism: From Theory to Practice*. Nova York: Monthly Review Press, 1970, p. 35.

41 Ibid., p. 119.

entrelaçamentos e similaridades, as duas tradições distanciaram-se, tanto em termos de teoria quanto de prática.

Assim como a “árvore” marxista possui os galhos do marxismo conselhistas e do marxismo clássico, a “árvore” anarquista possui os galhos do anarquismo insurrecionalista e do anarquismo de massas. E, assim como o marxismo clássico é um galho muito maior e mais forte do que o marxismo conselhistas, também o anarquismo de massas é um galho muito maior e mais forte do que o anarquismo insurrecionalista. Em suma, embora existam muitos “marxismos” e muitos “anarquismos”, nem todos possuem a mesma importância.

Historicamente, como já aponte, a corrente dominante no marxismo – que abarca a maioria dos indivíduos marxistas, dos movimentos marxistas organizados e dos escritos marxistas – é o marxismo clássico, cujos temas fundamentais são a conquista do poder do Estado, a ditadura revolucionária, a nacionalização dos meios de produção, o planejamento estatal centralizado e a repressão compulsória das forças contrarrevolucionárias. A corrente historicamente dominante no anarquismo – que abarca a maioria dos indivíduos anarquistas, dos movimentos anarquistas organizados e dos escritos anarquistas – é o anarquismo de massas, que abarca o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário. Há algum debate sobre quais são, para além de Bakunin e Kropotkin, as figuras centrais do cânone do anarquismo de massas, mas eu certamente incluiria Piotr Arshinov, Jaime Balius, Kōtoku Shūsui, Li Pei Kan (Ba Jin), Liu Sifu (Shifu), Errico Malatesta, Ricardo Flores Magón, Nestor Ivanovich Makhno, Lucy Parsons, Rudolf Rocker e Shin Ch’aeho.

Não surpreende que a crítica anarquista do marxismo tenha se dirigido historicamente ao marxismo clássico que, por qualquer medida razoável, é a corrente dominante do marxismo, e que inclui desde figuras como Marx e Engels, até Kautsky, Lenin, Trotsky, Stalin, Mao, Che Guevara, Ho Chi Minh, Samora Machel, Joe Slovo etc. Esse é o marxismo que criou os Estados marxistas, o marxismo que moldou o século XX. Esse é o marxismo que carrega em si as tensões de toda a tradição marxista, envolvendo as tensões entre estrutura e agência, determinismo e abertura, abordagens “científicas” e “críticas”.

Os anarquistas criticaram essa principal linhagem histórica do marxismo realmente existente e aquilo que ela representava; não há razão óbvia para questionar se essa linhagem constitui a tradição marxista “real”, e muito menos para subordiná-la a ramos menores da “árvore” marxista. Se os anarquistas não abordaram o marxismo

“real” em suas críticas, a maioria dos marxistas também não o fez. Os conceitos indissociavelmente associados à história do marxismo, assim como o caráter consistentemente repressivo dos regimes marxistas são consequências da tradição marxista, e não podem ser explicados apenas como interpretações equivocadas e por outros fatores contingentes.

Por isso, esse texto não se ocupará de todas as variantes do marxismo, mas apenas dessa corrente principal da tradição marxista. Na medida em que outros marxismos compartilham, por um lado, elementos analíticos centrais do marxismo clássico – como o materialismo histórico, uma teoria da história teleológica e etapista, uma compreensão economicista das classes e das etapas históricas – ou, por outro lado, o programa do marxismo clássico – que envolve o partido revolucionário, o Estado operário, a nacionalização e o planejamento estatal centralizado –, as posições a seguir também podem se aplicar a essas variantes.

MATERIALISMO HISTÓRICO, ESTADO E CLASSES

Publicamente, Marx enfatizou o caráter “científico” de sua teoria, apresentou o “mundo social como algo que se impõe às pessoas, e não um meio fluido e aberto à intervenção humana”, sendo o capitalismo o último “estágio de uma evolução social *destinada* a dar à luz a outra sociedade superior – o socialismo”.⁴² Como essa inevitável transição envolveria um partido político (marxista) tomando o poder do Estado, isso efetivamente implicaria a inevitável vitória do programa marxista, como resultado do próprio movimento da história. É claro que, na prática, Marx agiu de maneiras que contrariavam essa confiante projeção – por exemplo, quando lutou contra correntes de esquerda rivais, como no caso de seu fracassado esforço de expulsar Bakunin da Primeira Internacional, em 1872.⁴³ Entretanto, essa análise determinista e teleológica foi central em suas polêmicas contra anarquistas, socialistas utópicos e outros.

Com base nesse modelo, Marx via a história como uma série de estágios sucessivos, cada um deles se caracterizando como um modo de produção dominante, e se desenvolvendo por meio de uma contradição entre as relações de produção e as forças produtivas. Essas relações e forças conformam a base econômica

42 GOULDNER, A. *The Two Marxisms*, pp. 32, 41, grifos no original.

43 Embora as narrativas marxistas apresentem Marx como vitorioso, o fatídico congresso de 1872 da Internacional foi repudiado por quase todas as seções; Bakunin foi absolvido com a reconstituição da Internacional [Antiautoritária] e Marx acabou com um pequeno grupo baseado em Nova York, que logo definhou e morreu.

[“infraestrutura”] a partir da qual surge uma superestrutura de cultura, direito, filosofia e política (incluindo o Estado), de acordo com as necessidades da base e reforçando sua reprodução. As relações de produção, nos modos de produção baseados em classes, são relações entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Conforme esse modelo, “todas as teorias morais são o *produto*, em última instância, do *estágio econômico* que a sociedade atingiu naquela época específica”.⁴⁴ A expansão contínua das forças produtivas foi inicialmente facilitada, mas depois contrariada pelas relações de produção existentes. Isso inicia uma mudança revolucionária para um novo modo de produção, cujas características emergem ainda dentro do antigo; cada novo modo de produção tem sua própria combinação específica e distinta de relações de produção e forças produtivas e, em cada caso, as “mudanças na base econômica levam, cedo ou tarde, à transformação de toda a imensa superestrutura”.⁴⁵

Apesar das qualificações subsequentes – notadamente, a afirmação de Engels de que a base constituiria apenas a “explicação última” da superestrutura, o *locus* das “causas finais” apenas em “última instância”⁴⁶ –, o modelo centrado na produção e na economia permaneceu fundamentalmente inalterado. As classes foram concebidas a partir das relações de produção baseadas na propriedade; as fases da história foram caracterizadas por modos de produção dominantes; considerou-se haver contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como dentro das próprias relações de produção; o Estado foi concebido como instrumento da classe economicamente dominante etc. Afirmar que a base é determinante apenas em “última instância” oferece espaço para certa autonomia da superestrutura, mas, ainda assim, trata-se de uma afirmação, e não de uma demonstração de que a base é a “explicação última”, e não apenas uma esfera das causas centrais, cuja primazia é historicamente *contingente*. Tal concepção não leva seriamente em conta que a chamada superestrutura pode ter efeitos fundamentais e independentes sobre a base, decorrentes de dinâmicas *irredutíveis* e peculiares localizadas fora da base.

Embora uma minoria de anarquistas, anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários tenha adotado essa concepção materialista da história de Marx e Engels

44 ENGELS, F. *Socialism: Utopian and Scientific*. Chicago: Charles H. Kerr, 1917, pp. 90-91, 94-95, grifos no original.

45 Ibid. Ver também: MARX, K. *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Londres: Lawrence and Wishart, 1971, pp. 20-21.

46 Ibid.

– com alguma frequência, de maneira quase acrítica e em suas formas mais grosseiras⁴⁷ –, Bakunin e Kropotkin rejeitaram os elementos centrais dessa abordagem. Suas críticas não questionavam se os fatores econômicos eram importantes; evidentemente, eles eram centrais na maioria das situações. Em vez disso, ambos partiram da noção de que a importância relativa dos fatores econômicos numa dada situação precisava ser demonstrada, e de que sua primazia não poderia ser simplesmente pressuposta. Essa posição subsidiou muitas das críticas ao determinismo econômico apontado no parágrafo anterior, as quais se ancoraram em uma teoria social alternativa, que confere centralidade às classes sociais sem ser reducionista, e que enfatiza a contingência, a agência e os múltiplos campos da desigualdade.

Embora Bakunin tenha se declarado “materialista”⁴⁸, ele evidentemente compreendia o materialismo de maneira distinta daquela de Marx, pois insistia que a teoria marxiana ignorava “outros fatores na história, como a reação sempre presente das instituições políticas, jurídicas e religiosas diante da situação econômica”.⁴⁹ Esses “fatores” e “instituições” tinham continuamente efeitos reais e independentes, inclusive na própria base. Por exemplo, as culturas políticas desempenhavam um papel importante, “mesmo à parte e independentemente das condições econômicas de cada país”, na conformação do “temperamento” e do “caráter particular” dos povos; ademais, elas afetavam a “intensidade do espírito de revolta”.⁵⁰ Tais “fatores” e “instituições” não precisam ser redutíveis e nem mesmo ter origem em alguma base econômica; seu funcionamento não pode ser assumido apenas como uma função do desenvolvimento econômico.

Esse aspecto pode ser aprofundado. Aquilo que o marxismo chama de revoluções democráticas e burguesas contra o feudalismo pode ser explicado, com relativa facilidade, a partir do quadro materialista e histórico de Marx e Engels. Como a burguesia surgiu dentro de um novo modo de produção em expansão, o correspondente Estado capitalista, a “ditadura da burguesia”, também lhe permitiu explodir o modo feudal. Mas o que o marxismo chama de revoluções proletárias e socialistas são muito diferentes: o proletariado não tem os meios de produção e nem se baseia em um novo modo de produção. Portanto, o Estado ditatorial proletário não reflete nada de imanente;

47 Por exemplo: HAYWOOD, W.; BOHM, F. *Industrial Socialism*. Chicago: Charles H. Kerr, 1911, p. 56.

48 Por exemplo: BAKUNIN, M. “God and the State”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy*, pp. 236, 238.

49 BAKUNIN, M. “Letter to *La Liberté*”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy*, pp. 281-282.

50 Ibid., pp. 282-283.

ao contrário, ele *cria* o novo modo de produção socialista, por meio da expropriação, do planejamento estatal e da defesa militar desses processos.

Segundo Bakunin, o Estado possui suas próprias e irredutíveis dinâmicas e características. Trata-se, em primeiro lugar, de uma instituição de coerção e administração altamente centralizada, que necessariamente concentra o poder nas mãos de uma pequena elite estatal.⁵¹ Um Estado forte pode ter “apenas uma base sólida: a centralização militar e burocrática”⁵². É precisamente a estrutura hierárquica e centralizada do Estado que o torna impermeável ao controle das majorias. Por sua própria natureza, o Estado é uma forma de governo exercida por minorias. Se toda a população pudesse “estar à frente do governo”, então “não haveria governo, nem Estado”. Agora, “se houver um Estado, haverá aqueles que são governados, aqueles que são escravos”.⁵³

Em segundo lugar, a necessidade de uma “base sólida” na centralização coercitiva (“militar”) e administrativa (“burocrática”) está profundamente enraizada na dinâmica competitiva do sistema interestatal, que impõe a todos os Estados, inclusive àqueles chamados de socialistas, uma lógica férrea de competição pelo controle de territórios e populações, a qual é paralela (mas claramente anterior) à lógica competitiva do capitalismo. Essa rivalidade geopolítica, insistia Bakunin, impele os Estados a “não existirem no papel, mas de fato, e não à mercê dos Estados vizinhos, mas independentemente”, e, inclusive, a serem “invasivos, agressivos, conquistadores”.⁵⁴

Em terceiro lugar, isso significa que o Estado dispõe de recursos administrativos e coercitivos que lhe conferem tanto fontes irredutíveis de poder, quanto imperativos intrínsecos, independentemente das demandas dos grupos economicamente poderosos. Embora o desenvolvimento ótimo das forças produtivas beneficie as elites do Estado, o Estado em si não é um agente desses grupos; ele pode agir, e de fato age, contrariamente aos interesses grupos economicamente poderosos, inclusive de maneiras que são economicamente prejudiciais a eles.

Para os anarquistas, a afirmação marxista de que o Estado é um corpo armado de homens que defendem a dominação de classe está, essencialmente, correta. Entretanto, a explicação marxista para essa situação não está. O Estado não é um simples instrumento ou comitê executivo dos capitalistas, visto que possui suas próprias fontes irredutíveis

51 Ibid., p. 281; BAKUNIN, M. “Statism and Anarchy”, p. 330.

52 Ibid., p. 337.

53 Ibid., p. 330.

54 Ibid., p. 339.

de poder, sua própria dinâmica interna, seu próprio impulso para a soberania (“não existirem no papel, mas de fato [...] independentemente”) e seu próprio controle do território e das pessoas (Estados que são “invasivos, agressivos, conquistadores”).

Isso explica tanto o apoio do Estado aos capitalistas *quanto* sua simultânea autonomia em relação a eles. Embora os Estados antigos e modernos tenham promovido deliberadamente o desenvolvimento econômico, tal promoção resulta de uma *convergência* entre os interesses das elites estatais e das elites econômicas. Por exemplo, o Estado moderno auxilia os capitalistas não porque o Estado é uma ferramenta dos capitalistas, mas porque ambos possuem interesses compartilhados na manutenção das fontes de receita e no controle por parte da elite. Estados modernos fortes precisam de economias fortes para financiar, por meio de mecanismos como a tributação, o aparato administrativo e coercitivo, enquanto capitalistas precisam de Estados fortes para fornecer os recursos administrativos e coercitivos que permitam a acumulação de capital.

No período moderno, escreveu Kropotkin, “Estado [...] e capitalismo são conceitos inseparáveis” que estão “unidos [...] pelo vínculo de causa e efeito, efeito e causa”.⁵⁵ Na maioria das formas adotadas pela sociedade moderna, esses dois “conceitos” (capitalismo e Estado) corresponderam diretamente à divisão entre duas esferas, governo e economia, ainda que tenha sido possível vislumbrar a convergência de ambas as esferas, na forma de um “capitalismo de Estado centralizado”⁵⁶, em que o Estado é “o único banqueiro, capitalista, organizador e diretor de todo o trabalho nacional, e o distribuidor de seus produtos”⁵⁷.

Mas como isso se relaciona com o conceito de classe? As visões de Bakunin – e, em menor medida, de Kropotkin – têm sido frequentemente interpretadas como parte da tradição teórica da “nova classe”, que argumenta que intelectuais, gestores e especialistas (e não a classe trabalhadora) tomariam o poder nas sociedades pós-capitalistas, com seu domínio se baseando em um “monopólio do conhecimento”.⁵⁸ Bakunin certamente argumentou que a clássica “ditadura do proletariado” marxista seria uma ditadura *sobre* o proletariado, encabeçada por uma “nova classe privilegiada

55 KROPOTKIN, P. “Modern Science and Anarchism”. In: BALDWIN, R. (org.). *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets*, p. 181.

56 Ibid., pp. 170, 186.

57 BAKUNIN, M. “Letters to a Frenchman on the Current Crisis”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy*, p. 217.

58 SZELENYI, I.; MARTIN, B. “The Three Waves of New Class Theories”. In: *Theory and Society*, vol. 17, num. 5, 1988, pp. 646-647.

político-científica”, composta por “engenheiros de Estado”.⁵⁹ Segundo ele, nessa ditadura há um Estado, e esse Estado envolve “um governo extremamente complexo”, que “administra e governa as massas politicamente” e também “economicamente”. Esse Estado exige um governo de especialistas, “uma nova classe, uma nova hierarquia de verdadeiros e falsos cientistas e acadêmicos”.⁶⁰

Contudo, um exame mais atento dos textos de Bakunin revela um quadro mais complexo. A “nova classe” é uma classe ao mesmo tempo “política” e “científica”. Embora seja “uma minoria governando em nome do conhecimento”, com cabeças “transbordando de cérebros”⁶¹, esse argumento constitui, principalmente, uma *justificativa* ideológica para a dominação; o poder dessa nova classe *não* deriva do conhecimento especializado e da ciência, já que muitos de seus membros são “falsos”. Na verdade, em vez de seguir linhas científicas, esse novo sistema oferece privilégios e oportunidades para os “astutos” e aqueles “de mente mercenária”, e constitui “um vasto campo para negócios lucrativos e desonestos”.⁶²

Bakunin deixou claro que a base real dessa “nova classe” na “ditadura do proletariado” reside no seu controle sobre “a produção e a divisão da riqueza”, incluindo a agricultura, as finanças e a manufatura, bem como uma “força armada considerável”, mobilizada em território nacional e no exterior.⁶³ Ele também enfatizou a continuidade essencial entre esse sistema e os sistemas de classes anteriores; por trás de sua retórica encontra-se a “verdadeira natureza despótica e brutal de todos os Estados, independentemente de sua forma de governo”. O novo sistema é “completamente idêntico” aos Estados modernos como a Prússia; sua dependência da “força armada” nos “assuntos internos” constitui o “último argumento de todos os líderes políticos ameaçados contra as massas”, cujos interesses necessariamente estão em conflito com aqueles da elite.

A “ditadura do proletariado” não seria sequer um novo sistema, estritamente falando, mas uma *variante* de capitalismo. Conforme mencionado, Kropotkin chamou esse sistema de “capitalismo de Estado centralizado”.⁶⁴ E Bakunin destacou que, nesse sistema, o Estado é “o único banqueiro, capitalista, organizador e diretor de todo o

59 BAKUNIN, M. “Statism and Anarchy”, pp. 331-333.

60 BAKUNIN, M. “The International and Karl Marx”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy*, pp. 318-319.

61 Ibid.

62 BAKUNIN, M. “Letter to *La Liberté*”, p. 284.

63 BAKUNIN, M. “The International and Karl Marx”, pp. 319-321.

64 KROPOTKIN, P. “Modern Science and Anarchism”, pp. 170, 186.

trabalho nacional, e o distribuidor de seus produtos”⁶⁵; nele, “trabalhadores e trabalhadoras regimentados dormirão, acordarão, trabalharão e viverão ao ritmo de um tambor”⁶⁶. Tal Estado nunca poderia desaparecer, pois, em vez de abolir progressivamente as classes, ele constituiria um pilar central do domínio das classes *minoritárias*, ele conformaria uma ditadura *sobre* o proletariado e o campesinato.

A discussão de Bakunin sobre os Estados pós-coloniais, embora menos conhecida do que suas previsões sobre o caráter de classe dos sistemas que os marxistas clássicos buscavam estabelecer, também é esclarecedora. Ao falar da Sérvia, que havia recentemente conquistado a independência em relação à Turquia, Bakunin insistiu que novos grupos dominadores poderiam surgir através do próprio Estado, *mesmo sem assumir o controle direto dos meios de produção*. Depois da independência, “não havia nobres, grandes proprietários de terras, industriais e comerciantes muito ricos”.⁶⁷ Ainda assim, os jovens patriotas instruídos que haviam ocupado o novo Estado tornaram-se, rapidamente, uma “nova aristocracia burocrática”, impulsionada pela “lógica de ferro” de sua posição; “burocratas cínicos, autoritários” e inimigos do povo. Fica claro com essa análise que foi o controle desses recursos fundamentais centralizados no Estado – os meios de coerção e administração – que forneceu as bases para o surgimento da “aristocracia burocrática” e, ao mesmo tempo, que a posição dessa burocracia à frente do Estado forçou-a (por meio da “lógica de ferro”) a entrar em conflito com as classes populares que ela passava a dominar e a explorar.

Quais princípios gerais podem ser extraídos dessa discussão da análise anarquista sobre as classes sociais e o Estado? Primeiro, é importante notar que os anarquistas não querem dizer exatamente a mesma coisa que os marxistas quando utilizam o conceito de “classe”. Para Bakunin, o sistema de classes não se define apenas em termos simplesmente econômicos, ou seja, em termos das *relações de produção*; esse sistema também deve ser entendido em termos das *relações de dominação*. Ele não deve ser compreendido apenas em termos da propriedade desigual dos meios de produção, mas também em termos da propriedade dos meios de *coerção* (a capacidade de impor decisões fisicamente) e dos meios de *administração* (os instrumentos que governam a sociedade).⁶⁸

65 BAKUNIN, M. “Letters to a Frenchman on the Current Crisis”, p. 217.

66 BAKUNIN, M. “Letter to *La Liberté*”, p. 284.

67 BAKUNIN, M. “Statism and Anarchy”, p. 343.

68 Estou expressando as teses anarquistas básicas sobre classe, em uma linguagem conceitual tão precisa e abreviada quanto possível. Diferentes escritores usaram diferentes termos em diferentes momentos

Só é possível entender a afirmação anarquista de que um Estado obrigatoriamente (por meio da mencionada “lógica de ferro”) produz uma nova classe dominante, e o argumento de que os próprios gestores do Estado são parte de uma classe dominante, e não meros servidores de uma classe dominante *externa* ao Estado, quando se reconhece que classe é aqui concebida levando em consideração a propriedade ou o controle de um ou mais desses recursos essenciais que foram mencionados. Uma classe dominante não é apenas uma classe economicamente dominante; na verdade, há membros dessa classe que não possuem nenhuma relação direta com os meios de produção.

No capitalismo clássico, esses dois eixos do poder de classe podem ser mapeados de forma bastante precisa em duas organizações distintas, que centralizam recursos nas mãos das elites econômicas e políticas: a corporação (que detém os meios de produção) e o Estado (que detém os meios de administração e coerção). Em tal situação, a classe dominante abarca tanto os capitalistas privados e latifundiários, quanto os gestores estatais, incluindo a burocracia estatal e jurídica, as forças policiais e militares. Embora os dois principais setores sejam interdependentes, visto que possuem interesses convergentes, eles também possuem uma autonomia substancial entre si, com base em recursos de poder independentes. Claro que este é um modelo simplificado, já que, mesmo no capitalismo clássico, o cenário se complica, por exemplo, com a existência de corporações capitalistas estatais ao lado das corporações privadas.

Bakunin deixou claro que, embora os capitalistas – fossem eles estatais ou privados – façam parte da classe dominante, eles não são necessariamente a parte *dominante* dessa classe. Ele também esboçou pelo menos três variantes modernas do esquema clássico de capitalismo descrito acima: o capitalismo de Estado, em que os capitalistas e os gestores do Estado estão fundidos em um único aparato estatal; o capitalismo pós-colonial subdesenvolvido, em que o próprio Estado é fonte de acumulação, mas que acumula por meio de tributação, corrupção e nepotismo, e não pela exploração capitalista; e o capitalismo semi-industrial, em que, ao lado dos capitalistas e dos gestores do Estado, há um terceiro setor da classe dominante, os latifundiários, que exploram camponeses por meio de rendas e tributos.

para expressar as mesmas ideias, sendo que alguns enfatizaram mais as relações de dominação e outros as relações de produção; foram poucos aqueles que abraçaram um modelo simplesmente econômico de classe.

O aspecto mais profundo e que não deve ser perdido de vista é que classe social diz respeito, em parte, às relações de produção, e, em parte, às relações de dominação, e que nenhuma delas é simplesmente consequência das outras. Essas relações estão entrelaçadas, embora sejam distintas. A propriedade privada dos meios de produção só pode ser utilizada para a exploração se estiver respaldada por relações de dominação, enquanto o monopólio dos meios de coerção e administração requer o financiamento obtido por meio da exploração econômica. O aparelho de Estado fornece aos gestores estatais uma base independente de recursos que permite seu empoderamento e seu enriquecimento. O poder econômico permite que os indivíduos tenham acesso ao poder do Estado, mas o poder do Estado também permite que os indivíduos tenham acesso ao poder econômico. E, ainda que as elites políticas e econômicas disponham de recursos distintos, e que seus interesses sejam convergentes e se reforcem mutuamente, eles não são idênticos.

Por exemplo, as guerras podem surgir por questões geopolíticas e não econômicas. Elas podem levar tanto às interrupções na produção quanto à apropriação, por meio dos tributos, de maiores proporções dos produtos da exploração, sendo que, em ambos os casos, isso ocorre em detrimento imediato da elite econômica. Dada a rejeição do determinismo econômico e a proposição de que o Estado tem sua própria dinâmica irreduzível, não é possível estabelecer a primazia das relações de produção sobre as relações de dominação, e nem das elites econômicas sobre as elites políticas, caso esses grupos sejam distintos.

ETAPAS, TELEOLOGIA E TRANSIÇÕES

Os anarquistas foram céticos não somente em relação ao aparato analítico do materialismo histórico, mas também ao modelo de progresso histórico – especificamente, a visão de um arco natural da história –, associado intimamente a ele. Para Kropotkin, tal modelo está permeado por “ficções metafísicas” hegelianas, que conferem à história uma lógica unificada, um caráter progressivo e um objetivo final definido.⁶⁹ Essas “fórmulas metafísicas” não possuem base racional ou científica, carecem de provas básicas e ignoram a “vida social, [... que é] incomparavelmente mais complicada e incomparavelmente mais interessante para fins práticos”.⁷⁰ Certamente é possível, argumentou Kropotkin, desenvolver uma teoria única e abrangente da

69 KROPOTKIN, P. “Modern Science and Anarchism”, pp. 150-152.

70 Ibid.

sociedade, mas, para ele, isso envolveria o “método natural-científico, o método indutivo e dedutivo”, e não a “metafísica”.⁷¹

Bakunin argumentou que o modelo marxista, de uma história progressiva que opera em direção a objetivos pré-estabelecidos, se baseia em leituras seriamente equivocadas da história real. Para ele, a visão de progresso econômico que se expressa nesse modelo é comprovadamente imprecisa. Há não apenas fatores políticos, culturais, intelectuais e outros, que possuem efeitos independentes no curso dos eventos, mas muitos desses efeitos são economicamente regressivos. Bakunin mencionou, por exemplo, o caso do impacto negativo que as guerras e o fanatismo tiveram sobre o conhecimento no mundo antigo, incluindo a destruição da Biblioteca de Alexandria, no Egito.⁷²

Conforme essa crítica, o modelo marxista se basearia em uma fusão entre aquilo que *aconteceu* e aquilo que *deveria acontecer* e – uma vez que a história seria vista como essencialmente progressiva – também haveria uma tendência de confundir aquilo que *tinha necessariamente que acontecer* com aquilo que *deveria acontecer*. Entretanto, muito daquilo que havia acontecido não era inevitável, mas contingente, e tinha decorrido de processos sociais complicados e multicausais. Ademais, muitas vezes não se tratava de algo progressivo, se considerado em termos de expansão das forças produtivas, da razão, da moralidade, da liberdade, da paz, ou de qualquer outro critério razoável. A história nem sempre avançava; frequentemente, ela retrocedia ou mesmo caminhava de lado. E, como não havia um caminho único, não havia atalhos e nem becos sem saída.

Em termos de ética e estratégia política, Bakunin também argumentou que era problemático tratar eventos essencialmente contingentes como desejáveis, porque eles supostamente confirmariam um grande (e inexistente) arco da história. A “necessidade da morte quando alguém é mordido por um cachorro com raiva” é real, mas a desejabilidade da morte é questionável, assim como sua contribuição para o progresso é duvidosa. Mesmo que, em retrospectiva, muitos eventos na história pareçam inevitáveis, eles ainda assim devem ser condenados “com toda a energia, no interesse de nossa moralidade social e individual”.⁷³

71 Ibid., pp. 150-154.

72 BAKUNIN, M. “The International and Karl Marx”, pp. 310-311.

73 Ibid., p. 311.

De acordo com Bakunin, a visão de Marx acerca da história acabou levando-o a julgamentos politicamente questionáveis sobre assuntos da atualidade. Como Marx acreditava que o “Estado moderno, militar e burocrático”, assim como o capitalismo, contribuía com o “lento, mas sempre progressivo” movimento da história, ele se viu obrigado a ver o “triunfo do Estado centralizado e despótico” sobre as revoltas camponesas feudais como condição possivelmente trágica, mas certamente “essencial para a vindoura revolução social”.⁷⁴

A mesma lógica se prestava ao apoio condicional ao imperialismo. Embora Bakunin pareça não ter aludido aos controversos escritos de Marx sobre o domínio britânico na Índia, ou sobre a anexação da Califórnia pelos Estados Unidos, ele certamente se lembrou de seus debates com Marx e Engels nos anos 1840, quando era ainda um pan-eslavista radical que lutava pela descolonização na Europa Oriental. Naquela ocasião, Marx e Engels haviam se oposto a uma série de movimentos de independência, caracterizando-os como lutas fúteis e regressivas de povos “não históricos” que precisavam das influências civilizadoras do domínio germânico.⁷⁵

É verdade que Bakunin não resistiu à óbvia tentação de colocar em Marx o rótulo de nacionalista alemão e intolerante. Ainda assim, esse golpe baixo não deve prejudicar o cerne do argumento de Bakunin. Ao contrário de muitos teóricos nacionalistas e “pós-coloniais”, que interpretaram as posições de Marx e Engels sobre o colonialismo como exemplos de uma perspectiva europeia “orientalista”, racista e universalmente compartilhada, Bakunin entendeu que, em grande medida, essas posições resultavam do modelo teórico bastante específico adotado por eles.

Marx e Engels apoiaram ou se opuseram a desenvolvimentos específicos avaliando se eles faziam ou não avançar as perspectivas de uma revolução socialista universal. Como a própria ponte para o socialismo encontrava-se no progresso do capitalismo e na ascensão do movimento da classe trabalhadora a ele associado, qualquer desenvolvimento capitalista promovido para *toda* a humanidade deveria ser apoiado. Foi essa lógica, e não uma visão de mundo “branca” monolítica, que levou Marx e Engels a se oporem à independência de algumas nacionalidades europeias (por exemplo, os checos em 1848), mas a apoiá-la em outras (por exemplo, os irlandeses em 1870); a defender o domínio turco (asiático) sobre eslavos (europeus) em 1855 e 1879;

⁷⁴ Ibid., pp. 309-310.

⁷⁵ FORMAN, M. *Nationalism and the International Labour Movement: The Idea of the Nation in Socialist and Anarchist Theory*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1998, p. 58.

a apoiar a vitória esmagadora dos alemães sobre os franceses em 1870⁷⁶, e a desqualificar os levantes camponeses alemães de 1525 por terem sido incapazes de “conseguir qualquer coisa”⁷⁷.

Claramente, o fator determinante nesses julgamentos marxistas não era raça e nem cultura. Na verdade, o que importava era a maneira que esses desenvolvimentos se encaixavam na marcha da história. Bakunin se opôs a esse raciocínio, assim como às conclusões políticas e às posições morais dele derivadas; ele sugeriu que havia certos horrores que não poderiam ser justificados em nome do progresso histórico.

Os marxistas clássicos nunca negaram que os camponeses poderiam desempenhar um papel revolucionário ou contribuir com um “magnífico esforço revolucionário”.⁷⁸ O que eles afirmaram é que classes exploradas como escravos, servos e camponeses eram intrinsecamente incapazes de empreender a reconstrução progressiva da nova ordem social. Essas classes haviam sido fragmentadas pelas condições de produção, dispersas por vastos territórios em economias majoritariamente agrárias, isoladas em unidades de produção pequenas e autônomas como fazendas, e unificadas principalmente pela coerção das classes dominantes. Muito difíceis de organizar, seus horizontes políticos eram estreitos; buscavam recolher-se em fazendas e oficinas familiares autossuficientes, livres de imposições externas como impostos, dívidas e aluguéis, e não promover uma ordem social cooperativa e universal, baseada no avanço tecnológico sistemático. Na realidade, as rebeliões dessas classes não só tinham pouca probabilidade de sucesso, mas seus possíveis êxitos poderiam facilmente prejudicar o desenvolvimento das forças produtivas.

Os camponeses formam uma classe, escreveu Marx, apenas por terem “condições econômicas de existência” comuns. Como eles possuem “apenas uma interconexão local”, são, “consequentemente, incapazes de promover seus interesses de classe em seu próprio nome”.⁷⁹ Para ele, é somente sob a liderança de *outras* classes revolucionárias – primeiro, da burguesia, na luta contra o feudalismo; depois, do proletariado, na luta contra o capitalismo –, que forças como o campesinato podem desempenhar um papel revolucionário. Tal foi o caso dos rebeldes camponeses de 1525;

76 MEHRING, F. *Karl Marx: The Story of his Life*. Londres: Allen & Unwin, 1951, pp. 438-441.

77 ENGELS, F. “The Peasant War in Germany”. In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 10. Moscou: Progress Publishers, 1978, pp. 480-482.

78 Ibid., p. 478.

79 MARX, K. “The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte”. In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 11. Moscou: Progress Publishers, 1989, p. 187.

tendo em vista que não possuíam uma liderança externa, era inevitável não conseguirem “nada”.

Dessa maneira, o papel progressista do capitalismo conta com três elementos principais: primeiro, o capitalismo acaba com o feudalismo por meio de revoluções democráticas e burguesas; depois, ele cria a única força social capaz de abolir o proletariado moderno; terceiro, por meio do desenvolvimento implacável de suas forças produtivas, ele cria as bases materiais para uma sociedade sem escassez. O proletariado moderno – centralizado em grandes unidades de produção que exigem cooperação para operar, concentrado nas cidades, desqualificado, explorado e oprimido – tem a capacidade e o imperativo tanto de se unir em larga escala, quanto de conceber e instituir um futuro socialista radicalmente diferente.

Enquanto isso, sustentavam Marx e Engels, a dinâmica competitiva do modo de produção capitalista desenvolveria as forças produtivas ao nível necessário para uma sociedade igualitária pós-escassez, ao mesmo tempo em que estabeleceria as bases para o planejamento econômico racional necessário. As tarefas revolucionárias do Estado proletário – a centralização dos meios de produção nas mãos do Estado, a instituição de uma economia planejada e a derrota das forças contrarrevolucionárias – seriam facilitadas pela evolução do capitalismo no sentido dos grandes oligopólios, que fazem, eles próprios, planejamentos centralizados e, ao fazerem isso, tornam supérfluos o capitalismo e os capitalistas. Tal seria a “abolição do capital como propriedade privada dentro da estrutura do próprio modo de produção capitalista”.⁸⁰

Essa situação, insistiam eles, permitiria que uma classe explorada, pela primeira vez, tomasse o poder e instaurasse um novo e mais avançado modo de produção. À medida que a classe capitalista se reduzisse e que as classes intermediárias desaparecessem, o proletariado se expandiria, suas divisões internas diminuiriam, ele avançaria dos sindicatos para a formação de um Partido Comunista e, em seguida, para a tomada do poder de Estado. E, como observei acima, sendo esse resultado essencial e desejável, o desenvolvimento do modo de produção capitalista também seria historicamente necessário e progressivo; quaisquer que fossem os crimes cometidos em

80 MARX, K. “Capital: A Critique of Political Economy”, vol. 3. In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 37. Londres: Lawrence and Wishart, 1989, p. 434.

sua busca, tratava-se da “ferramenta inconsciente da história para provocar essa revolução”.⁸¹

Os anarquistas não se sentiam confortáveis com esse prognóstico. Em primeiro lugar, havia uma diferença importante em relação àquilo que os marxistas chamavam de revoluções democráticas e burguesas. Kropotkin concordava com o argumento de que a burguesia ascendente, por meio de eventos como a Revolução Francesa, buscava e promovia grandes mudanças, que incluíam o estabelecimento de mercados livres e parlamentos capitalistas.⁸² Entretanto, ele insistia que os camponeses e os trabalhadores eram agentes independentes nessas lutas, que acabavam sendo radicalizados por elas.⁸³ No caso francês, a apropriação feita por camponeses e trabalhadores das ideias iluministas e das promessas da revolução terminou levando-os a buscar mudanças muito mais radicais, incluindo o republicanismo. Por meio da ação direta, conquistaram medidas como a redistribuição massiva de propriedades feudais, o sufrágio universal local e as reformas tributárias. Tais medidas eram muito mais avançadas que os planos originais dos burgueses, que pretendiam estabelecer um compromisso com o feudalismo, como no caso da Revolução Inglesa. Ou seja, não havia nada intrinsecamente “democrático” nas revoluções burguesas, visto que, em ampla medida, os elementos democráticos vieram de fora da burguesia e operavam contra ela; sempre que possível, a burguesia respondeu com manipulação e repressão, inclusive por meio de alianças com as forças feudais e de subversão.⁸⁴

Os anarquistas também fizeram uma série de críticas mais específicas à análise de Marx sobre a dinâmica do capitalismo, questionando a noção de que o capitalismo construiria uma ponte para o socialismo. No entanto, é fundamental ressaltar aqui que não há uma ruptura absoluta entre as análises econômicas anarquistas e marxistas, pois a tradição anarquista se apropriou criticamente da teoria econômica de Marx, como parte de um processo de desenvolvimento de suas próprias ideias econômicas. É por isso que se diz que o anarquismo abarca tanto “a política proudhoniana quanto a economia

81 MARX, K. “The British Rule in India”. In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 10. Moscou: Progress Publishers, 1989, p. 132.

82 KROPOTKIN, P. *The Great French Revolution (1789-1793)*, vol. 1. Londres: Elephant Editions, 1986, pp. 26-29.

83 Ibid., pp. 22-23, 34-35, 114-128, 148, 162-165, 193, 200-214, 261-263, 277-280, 287-280, 287-289; KROPOTKIN, P. *The Great French Revolution, 1789-1793*, vol. 2. Londres: Elephant Editions, 1986, pp. 373-380, 390-398, 451, 504-528.

84 KROPOTKIN, P. *The Great French Revolution (1789-1793)*, vol. 1, pp. 209-214, 224-232, 239-245, 260-264, 278-280; KROPOTKIN, P. *The Great French Revolution (1789-1793)*, vol. 2, pp. 304-316, 360-372, 570-574, 593-595.

marxista”.⁸⁵ Nesse tema, a relação entre o marxismo clássico e a ampla tradição anarquista não é, de modo algum, tão polarizada quanto às vezes se supõe.

Alguns exemplos nesse sentido podem ser citados. A teoria da exploração através do sistema de salários descrita pelos anarquistas é idêntica àquela exposta pelos marxistas.⁸⁶ A principal objeção de Bakunin ao *Capital* de Marx era que o livro havia sido escrito em um estilo bastante incompreensível para o trabalhador médio.⁸⁷ Bakunin começou uma tradução do *Capital* para o russo nos anos 1870 e foi responsável pela primeira tradução do *Manifesto Comunista* para o russo, nos anos 1860.⁸⁸ Apesar do desprezo que tinha em relação à Marx, Kropotkin desenvolveu sua compreensão da luta de classes, da exploração e da crise capitalista sob profunda influência da economia marxista.⁸⁹ Malatesta, que reclamou que o anarquismo estava muito “impregnado de marxismo”⁹⁰, não desenvolveu uma análise econômica alternativa, e utilizou implicitamente categorias e modelos marxistas; seu companheiro Carlo Cafiero publicou um resumo do *Capital* de Marx.

Para Marx, a dinâmica do capitalismo no desenvolvimento das forças produtivas se dá em função da competição. Considerando a premissa de que o preço de mercado de uma mercadoria corresponde fundamentalmente à quantidade tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, a competição de preços exige reduções no tempo de trabalho despendido. Isso leva a uma reestruturação contínua dos processos de trabalho, bem como à crescente importância da maquinaria na produção. Dado que o tempo de trabalho não pago – isto é, a exploração através do sistema de salários – é a fonte da mais-valia que está na base dos lucros, e, portanto, o recurso central para esses investimentos, o declínio contínuo do tempo de trabalho despendido tende à queda das taxas de lucro. Para compensar isso parcialmente, os capitalistas investem em novos setores, nos quais as taxas de lucro são inicialmente mais altas, mas que sucumbem eventualmente aos mesmos processos.

Outro problema, ainda de acordo com Marx, é o descompasso entre produção e consumo. A produção descoordenada por capitais concorrentes leva a uma produção maior do que aquela que pode ser vendida, o que impede a realização da mais-valia

85 KENAFICK, K. “The Life of Bakunin”. In: BAKUNIN, M. *Marxism, Freedom and the State*, 1990, p. 15.

86 KROPOTKIN, P. *The Conquest of Bread*. Londres: Elephant Editions, 1990, pp. 56, 58, 139.

87 BAKUNIN, M. *The Capitalist System*. Champaign, Illinois: Libertarian Labour Review, 1993, nota 2.

88 MARX, K.; ENGELS, F. “Preface to the Second Russian Edition of the *Manifesto of the Communist Party*”. In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 24. Moscou: Progress Publishers, 1989, p. 425.

89 Por exemplo: KROPOTKIN, P. *The Conquest of Bread*, p. 168.

90 GUÉRIN, D. “Marxism and Anarchism”, pp. 117-118.

incorporada nas mercadorias. Trata-se do problema da “superprodução”. Com o tempo, o capitalismo passa por uma concentração e por uma centralização cada vez maiores; isso leva a uma situação de oligopólio ou mesmo de monopólio, em que o planejamento central, incluindo a fixação de preços, antecipa as características do novo sistema socialista e sinaliza o esgotamento do modo de produção capitalista, à medida que esse impulso competitivo diminui. Nessa fase, o capitalismo se torna um freio ativo para o desenvolvimento das forças produtivas.⁹¹

A crítica de Kropotkin a esse modelo envolveu um ponto aparentemente inócuo sobre a questão dos preços. A teoria dos preços de Marx depende de uma versão da teoria do valor-trabalho segundo a qual os preços estão ancorados em processos objetivos na esfera da produção. A força de trabalho – ou seja, a capacidade de trabalhar – é uma mercadoria que o trabalhador vende ao empregador durante um certo período de tempo. Embora seu valor de mercado possa flutuar um pouco, seu custo é fundamentalmente determinado pelo tempo de trabalho necessário para produzir os trabalhadores que a incorporam. Os liberais vinculados à economia neoclássica, em parte como resposta a isso, articularam a teoria da utilidade marginal, que afirma que os preços estão completamente ancorados nas preferências individuais sob dadas condições de mercado – isto é, em processos subjetivos na esfera da circulação. Assim, os níveis salariais seriam estabelecidos por ações individuais nos mercados, e mesmo os custos necessários para produzir a força de trabalho refletiriam ações essencialmente subjetivas em mercados prévios de alimentos, aquecimento e similares.

Kropotkin não negou a importância do tempo de trabalho na formação dos preços, nem descartou o efeito das condições de mercado sobre os salários. Contudo, ele enfatizou que as taxas salariais também são determinadas por uma ampla variedade de outros fatores. Em relação os preços em geral, “muitos outros fatores surgem em uma sociedade capitalista, de modo a alterar a simples relação que pode ter existido uma vez entre trabalho e valor de troca”.⁹² Esses fatores incluem políticas governamentais, lucratividade relativa de setores específicos e, por último, mas não menos importante, as *relações de poder*, que envolvem o equilíbrio de forças entre as classes, o poder de determinados Estados nos mercados mundiais e a ação popular. Isso inclui a capacidade

91 Existem inúmeros guias para a teoria marxista, mas alguns textos fundamentais são: MARX, K. *Value, Price and Profit: Addressed to Working Men*. Chicago: Charles H. Kerr, s/d.; MARX, K. *Capital: A Critique of Political Economy*, vol. 1. Penguin, 1976.

92 KROPOTKIN, P. “Modern Science and Anarchism”, p. 91.

de trabalhadores e profissionais qualificados estabelecerem monopólios de habilidade⁹³ e a pressão de sindicatos e greves, mais efetivamente produzidos por um “grande sindicato de todos os ofícios possíveis”.⁹⁴

Desse modo, os preços seriam fundamentalmente afetados por organizações poderosas, incluindo Estado, monopólios e cartéis, e também por sindicatos de ofício e industriais associados a setores do capital e do trabalho. Em outras palavras, os preços teriam menos a ver com valores de troca baseados em níveis socialmente necessários de tempo de trabalho, ou com valores de uso decorrentes de preferências individuais, do que com o “relativo poder econômico, militar e social que as respectivas partes detêm”, o qual “distorce o ‘valor’ relativo das mercadorias, ou ao menos o preço que pode ser obtido por elas”.⁹⁵

Aqui, é importante notar que Bakunin e Kropotkin descreveram consistentemente o capitalismo como um sistema centrado em grandes monopólios, oligopólios e cartéis.⁹⁶ Longe de ser o resultado de um capitalismo dinâmico, em que grandes empresas absorvem rivais menores, a estrutura altamente centralizada do capital teria surgido de ações estatais como cercamentos, licenças de privatização e subsídios, feitos “em favor dos capitalistas de seus próprios países, e ainda mais em terras conquistadas, como no Egito, Tonquim, Transvaal e assim por diante”.⁹⁷ Como Kropotkin explicitamente afirmou, isso significa que *nunca* houve um período de livre mercado no capitalismo, tendo em vista que essas intervenções estatais sempre foram a norma.

Embora os anarquistas concordem com os marxistas que o capitalismo é assolado por crises periódicas de superprodução, as quais levam ao aumento do desemprego e à redução dos salários⁹⁸, os anarquistas argumentam que, ainda assim, há duas contratendências importantes. Primeiro, grandes monopólios, oligopólios e cartéis não apenas estabelecem preços, mas têm a capacidade de “reduzir constantemente a

93 KROPOTKIN, P. *The Conquest of Bread*, pp. 36-37, 165-166, 184.

94 KROPOTKIN, P. “1st May 1891”. In: MCKAY, I. (org.). *Direct Struggle Against Capital: A Peter Kropotkin Anthology*. Oakland: AK Press, 2011, pp. 328-329, 331.

95 BEKKEN, J. “Peter Kropotkin’s Anarchist Economics for a New Society”. In: LEE, F.; BEKKEN, J. (orgs.). *Radical Economics and Labour: Essays in Honour of the IWW Centennial*. Nova York: Routledge, 2009, p. 29.

96 BAKUNIN, M. “On the Cooperative Movement”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy*, p. 399.

97 KROPOTKIN, P. “Modern Science and Anarchism”, pp. 97-98.

98 KROPOTKIN, P. “Anarchist Communism: Its Basis and Principles”. In: BALDWIN, R. (org.). *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets*, pp. 55-56.

produção, restringindo o processo produtivo”, de maneira deliberada ou indireta.⁹⁹ Segundo, como argumentou Kropotkin, o capitalismo envolve uma *subprodução* sistemática, visto que ele cria continuamente obstáculos à criatividade e à produtividade, por meio do trabalho alienante, dos baixos salários, da educação desigual e ineficaz, da saúde precarizada e da baixa moral. Isso explica a natureza de profundo desperdício desse sistema: pessoas, equipamentos e matérias-primas permanecem ociosos, apesar das prementes necessidades sociais¹⁰⁰, enquanto as forças produtivas são utilizadas, na maioria das vezes, de maneira ineficiente. Considerados em conjunto, esses aspectos sugerem que o capitalismo se baseia em uma distribuição injusta e ineficiente, assim como em uma produção distorcida, voltada principalmente ao lucro, à guerra, ao luxo e ao poder das minorias dominantes.¹⁰¹

Essas noções tiveram enormes implicações em termos de análise do capitalismo. Se, por um lado, a lei do valor no capitalismo é *sistematicamente* deformada pelas relações de poder; e se, por outro lado, o capitalismo se caracteriza por monopólios e oligopólios *ao longo de toda* sua existência, e não apenas em seus estágios mais recentes, então nem a competição de preços, nem a expansão implacável das forças produtivas seriam características centrais do capitalismo, que se basearia em um desenvolvimento restrito e distorcido. Tal perspectiva contrapõe fortemente a noção marxista clássica do capitalismo como um modo de produção progressivo, que estabelece as bases para uma transição ao socialismo.

Os anarquistas também contestaram a afirmação marxista de que a ascensão de grandes empresas implicaria inevitavelmente o declínio das pequenas. Segundo eles, as pequenas e médias empresas continuam a existir no capitalismo, e até crescem numericamente, muitas vezes sendo contratadas pelas grandes.¹⁰² Por não receberem os mesmos privilégios do Estado que as gigantes que dominam os mercados¹⁰³, as pequenas empresas acabam se apoiando na exploração implacável e atuando como um “contrapeso” aos aumentos salariais das “empresas maiores”.¹⁰⁴ Em suma, as pequenas empresas não constituem uma alternativa às grandes, mas são complementares a elas. Isto é, a história do capitalismo não constitui uma evolução do capitalismo competitivo

99 KROPOTKIN, P. *The Conquest of Bread*, pp. 36, 102.

100 Ibid., pp. 36-37; KROPOTKIN, P. “Modern Science and Anarchism”, pp. 167-168.

101 KROPOTKIN, P. *The Conquest of Bread*, pp. 37-38.

102 KROPOTKIN, P. “1st May 1891”, pp. 329-330; MALATESTA, E. *Fra Contadini: A Dialogue on Anarchy*. Londres: Bratach Dubh Editions, 1981, p. 40, nota 2; TCHERKESOFF, W. *Pages of Socialist History*, pp. 23-38.

103 KROPOTKIN, P. *The Conquest of Bread*, pp. 133-134.

104 KROPOTKIN, P. “1st May 1891”, p. 330

para o capitalismo monopolista, uma vez que o sistema sempre foi apoiado pelo Estado, e também por intermediários menores; nesse sentido, ele o capitalismo sempre foi monopolista.

AGÊNCIA, ESTADOS E ESTRATÉGIA

Essas questões analíticas mais amplas desempenham um papel fundamental na formulação das estratégias e táticas dos clássicos marxistas e anarquistas. Em linhas gerais, ambas as tradições têm como foco a transformação do mundo, e vinculam suas teorias mais amplas, implícita ou explicitamente, a seus projetos de transformação. No marxismo, essa dimensão é bem conhecida: “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de várias maneiras; o que importa é *transformá-lo*”.¹⁰⁵ No anarquismo, essa dimensão é reconhecida com menos frequência. Em parte, porque muitas discussões sobre a relação entre anarquismo e marxismo concentram-se nas diferenças estratégicas, e ignoram as posições teóricas nas quais essas diferenças estão radicadas; e em parte porque há uma ignorância completa sobre o anarquismo.¹⁰⁶

A relação entre as dimensões teórica e estratégica é complexa em ambas as tradições. Por exemplo, apesar de sua ênfase teórica na inevitabilidade do socialismo, os marxistas clássicos nunca se contentaram em simplesmente esperar sua chegada. Pelo contrário, enfatizaram repetidamente a importância da construção de partidos políticos revolucionários, com a estratégia e as táticas corretas, como condição necessária para a conquista do poder de Estado. Argumentando contra Bakunin, Marx insistiu que “o proletariado só pode atuar como classe se transformando em partido político”, o qual deve visar à “conquista do poder do Estado” e ao estabelecimento de uma “ditadura do proletariado”, baseada na “centralização” e na “força”.¹⁰⁷ Juntamente com Engels, Marx enfatizou que esse Estado nacionalizaria a economia e empregaria a força de trabalho.¹⁰⁸

Similarmente, para Kautsky, “a revolução social pela qual o proletariado luta não pode ser realizada até que ele tenha conquistado o poder político”, e isso requer um “grande partido organizado”.¹⁰⁹ Lenin insistiu que um marxista é aquele “que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado”, e

105 MARX, K. “Theses on Feuerbach”. In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 5. Moscou: Progress Publishers, 1989, p. 5, grifos no original.

106 Uma caricatura notável pode ser encontrada em: DRAPER, H. *Karl Marx's Theory of Revolution, vol. IV: Critique of Other Socialisms*. Nova York: Monthly Review Press, 1990, pp. 108-170.

107 Termos extraídos das resoluções propostas por Marx e Engels no Congresso de Haia da Primeira Internacional, em 1872. Ver: GERTH, H. (org.). *The First International* pp. 216-217, 285-286.

108 MARX, K.; ENGELS, F. *The Communist Manifesto*, pp. 40, 55-56.

109 KAUTSKY, K. *The Road to Power*, pp. 5-6, 64.

isso requer uma “organização centralizada da força, da violência”, e um “poder indivisível”.¹¹⁰ Similarmente, para Stálin, “nosso partido [...] não compartilha e não pode compartilhar a direção do Estado com nenhum outro partido”, e “é isso que chamamos de ditadura do proletariado”.¹¹¹ Mao também afirmou que aquele que se recusa a reconhecer que a “liderança do Partido Comunista e o poder estatal da ditadura popular” são necessários para a transformação revolucionária, “não é comunista”.¹¹²

Há uma continuidade óbvia e real entre essas concepções na tradição do marxismo clássico. Um corpo substancial de obras adverte contra as tentativas de estabelecer rupturas nítidas entre, por exemplo, Marx e Engels¹¹³, Kautsky e Lenin¹¹⁴ ou mesmo Trotsky e Stálin¹¹⁵. No entanto, isso não significa que não tenha havido mudanças e inovações ao longo do tempo; isso apenas sinaliza que os Estados marxistas-leninistas de partido único não podem ser descartados como desvios “stalinistas” do marxismo “real”, tendo em vista que esses são os únicos exemplos históricos de Estados marxistas revolucionários na história, e o ponto de referência para a imensa maioria dos marxistas no século XX.

Muito antes do exílio, Trotsky insistia que o partido bolchevique deveria ter “a palavra final em todas as questões fundamentais”, que o regime havia sido construído sobre a “autoridade inquestionável do partido e a infalibilidade de sua disciplina”¹¹⁶, e que o partido tinha “o direito de afirmar sua ditadura, mesmo que essa ditadura entrasse temporariamente em conflito com os humores passageiros da democracia operária”¹¹⁷. Muitos anos depois, ele continuava a defender a “ditadura revolucionária de um partido

110 LENIN, V. “The State and Revolution”, pp. 255, 261-262.

111 STALIN, J. “The Party’s Three Fundamental Slogans on the Peasant Problem”. In: *Leninism: Selected Writings*, p. 42.

112 ZEDONG, M. “On the People’s Democratic Dictatorship”, p. 372.

113 GOULDNER, A. *The Two Marxisms*, pp. 250-286.

114 LIH, L. *Lenin Rediscovered: “What is to be Done?” in Context*. Chicago: Haymarket Books, 2008; LIH, L. “‘The New Era of War and Revolution’: Lenin, Kautsky, Hegel and the Outbreak of World War I”. In: ANIEVAS, A. (org.). *Cataclysm 1914*. Leiden: Brill, 2015, pp. 366-412.

115 Para outras referências sobre esses assuntos, ver, por exemplo: DEVINATZ, V. “Lenin as Scientific Manager under Monopoly Capitalism, State Capitalism, and Socialism: A Response to Scoville”. In: *Industrial Relations*, vol. 42, num. 3, 2003, pp. 513-520; FARBER, S. *Before Stalinism: The Rise and Fall of Soviet Democracy*. Londres: Polity, 1990; MAROT, J. “Trotsky, the Left Opposition and the Rise of Stalinism: Theory and Practice”. In: *Historical Materialism*, vol. 14, num. 3, 2006, pp. 175-206; VAN DER WALT, L. “Counterpower, Participatory Democracy, Revolutionary Defence”, pp. 193-207; VAN REE, E. “Socialism in One Country: A Reassessment”. In: *Studies in East European Thought*, vol. 50, num. 2, 1998, pp. 77-117.

116 TROTSKY, L. *In Defence of Terrorism (Terrorism and Communism): A Reply To Karl Kautsky*. Londres: Labour Publishing Company, 1921, p. 99.

117 Citado em: DEUTSCHER, I. *The Prophet Armed: Trotsky (1879-1921)*. Oxford: Oxford University Press, 1954, pp. 508-509.

proletário”, e não de todo o proletariado, como uma “necessidade objetiva”¹¹⁸; ele continuava a insistir que a União Soviética constituía uma “transição” para o socialismo, e que ela vinha sendo marcada por grandes “conquistas sociais” e relações sociais revolucionárias.¹¹⁹

Essas continuidades, que incluem as concepções de transformação estatistas e centradas no partido, são partes integrantes do marxismo clássico. Bakunin notou que esse modelo de transição indicava uma anomalia não observada no pensamento marxista. A insistência de Marx de que a transição socialista exige um Estado revolucionário que exproprie e suprima os proprietários capitalistas dos meios de produção não se encaixa muito bem com o seu próprio materialismo. Marx insistia que os Estados constituem parte da superestrutura, um *reflexo* da base, mas sua estratégia depende da utilização dessa superestrutura para *transformar* a base, revolucionando as relações de produção – algo que evidencia que, afinal, o Estado não é simplesmente um reflexo da base.¹²⁰

Conforme observado, para Bakunin e Kropotkin, os Estados são instituições por meio das quais as minorias da classe dominante mantêm seu poder e, por essa razão, eles são necessariamente centralizados. Isso, somado ao fato de que os Estados possuem suas próprias dinâmicas irredutíveis e elitistas, significa que eles são incapazes de desfazer as relações sociais de classe. Como um sistema hierárquico de dominação territorial que *necessariamente* concentra o poder nas mãos de poucos e que defende um sistema de classes em benefício de capitalistas, latifundiários e gestores do Estado, um Estado revolucionário simplesmente cria uma nova elite: “todos os Estados governam, pois todos os governos, estando por sua própria natureza situados fora do povo, devem necessariamente buscar sujeitá-lo a costumes e propósitos completamente estranhos a ele”.¹²¹

Rejeitando e considerando impossível a noção de um “Estado operário” democrático, os anarquistas defenderam, em contraposição, uma revolução que envolvesse a abolição das corporações, dos latifúndios e dos Estados, com as classes oprimidas sendo “organizadas de baixo para cima, por meio” de suas “próprias associações autônomas e completamente livres, sem a supervisão de qualquer

118 TROTSKY, L. *Writings of Leon Trotsky (1936-1937)*. Nova York: Pathfinder Press, 1975, pp. 513-514.

119 TROTSKY, L. *The Revolution Betrayed: What is the Soviet Union and Where is it Going?* Nova York: Pathfinder Press, 1937, pp. 47, 254-255.

120 BAKUNIN, M. “Letter to *La Liberté*”, pp. 281-282.

121 BAKUNIN, M. *Marxism, Freedom and the State*, p. 63.

guardião”.¹²² Nessa situação, os meios de administração, de coerção e de produção seriam colocados sob propriedade comum e coordenação democrática das próprias classes oprimidas. Tendo em vista que as divisões de classe implicam monopólios desses meios, nesse novo sistema as classes são abolidas, e a dinâmica da rivalidade capitalista e o conflito geopolítico estatal desaparecem.

Kropotkin destacou ser essencial “atacar o poder central, despojá-lo de suas prerrogativas, descentralizar, dissolver a autoridade [... por meio de] uma revolução verdadeiramente popular”.¹²³ Se todo o proletariado fosse realmente alçado para “permanecer à frente do governo”, argumentou Bakunin, não haveria “nenhum governo, nenhum Estado”.¹²⁴ De modo que ou a “ditadura do proletariado” marxista significaria o governo de uma minoria, caso em que ela seria inaceitável como projeto revolucionário, ou ela significaria um poder popular generalizado, caso em que a promessa marxista de que mais tarde o Estado desapareceria não faria qualquer sentido.¹²⁵ Um sistema em que as massas governam diretamente, com controle direto sobre os meios de administração, coerção e produção, é necessariamente um sistema sem Estado.

De acordo com a análise anarquista sobre as classes sociais e o Estado, qualquer revolução que busca utilizar o Estado serve inevitavelmente para manter uma instituição antitética à lógica da democracia participativa e da autogestão. Manter o Estado significa preservar um sistema de classes que exclui a maioria do governo.¹²⁶ A abordagem marxista clássica, que efetivamente funde o Estado às corporações e aos latifúndios, por meio de um programa de nacionalização e planejamento centralizado, promove uma “revolução por decretos”, que “apenas perpetua aquilo que deveria destruir”¹²⁷: a dominação e a exploração das classes populares por uma classe minoritária. Aqui, não é a sinceridade dos revolucionários que está em questão, mas o fato de que a própria utilização da máquina estatal impõe uma “lógica de ferro” que torna os gestores estatais “inimigos do povo”.¹²⁸ Isso porque não são os militantes que modificam o Estado, mas o Estado que os modifica. Como certa vez comentou Bakunin:

122 Ibid.

123 KROPOTKIN, P. “Representative Government”. In *Words of a Rebel: Peter Kropotkin*. Montreal: Black Rose Books, 1992, p. 143.

124 BAKUNIN, M. “Statism and Anarchy”, p. 330.

125 Ibid., pp. 331-332.

126 Ibid., p. 337.

127 BAKUNIN, M. “Letters to a Frenchman on the Current Crisis”, pp. 193-194.

128 BAKUNIN, M. “Statism and Anarchy”, p. 343.

“Pegue o democrata mais sincero e coloque-o no trono; se ele não renunciar imediatamente, certamente se tornará um canalha”.¹²⁹

Tradicionalmente, os marxistas deram três razões principais para justificar a existência do Estado revolucionário: a expropriação dos capitalistas, a coordenação econômica e a defesa militar da revolução. Em contraste, o modelo anarquista de transformação centrou-se na construção da “igualdade social e econômica”, a qual deveria ser “estabelecida no mundo pela organização espontânea do trabalho, pela propriedade coletiva de associações de produtores livremente organizados e pela federação de comunas, igualmente espontânea, para substituir o Estado paternalista e dominador”¹³⁰, de baixo para cima¹³¹. O Estado, insistiu Kropotkin, “tendo sido a força à qual recorreram as minorias para estabelecer e organizar seu poder sobre as massas, não pode ser a força que servirá para destruir esses mesmos privilégios”.¹³²

Tanto os anarquistas insurrecionalistas quanto os anarquistas de massas defenderam a construção de um movimento popular baseado em um contrapoder – isto é, organizações populares capazes de resistir e, eventualmente, suplantam a classe dominante – e em uma contracultura – isto é, uma visão de mundo contra-hegemônica. Esse movimento prefiguraria a nova sociedade e buscaria estabelecer uma ruptura radical com a ordem social vigente, e não uma transição gradual, pois somente por meio dessa revolução desde baixo que a classe dominante poderia ser derrubada, e as classes, os Estados e as opressões em geral teriam como ser abolidos. Para os anarquistas de massas, esse projeto exigia um processo lento e paciente de organização e de educação das massas, sobretudo por meio das lutas por reformas imediatas e da acumulação de capacidade ao longo do tempo. O sindicalismo de intenção revolucionária figurou de maneira central no arsenal do anarquismo de massas.

Por exemplo, Bakunin defendeu uma forma revolucionária de sindicalismo que pudesse “erguer sobre as ruínas do velho mundo a federação livre das associações de trabalhadores”, plantando aquelas “sementes vivas da nova sociedade que substituirá o velho mundo”¹³³ e dando origem a uma “séria organização internacional de associações de trabalhadores de todas as localidades, capaz de substituir este mundo de *Estados* em

129 BAKUNIN, M. “Revolutionary Catechism”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy*, p. 91.

130 BAKUNIN, M. “The Paris Commune and the Idea of the State”, p. 262.

131 Ibid., p. 263.

132 KROPOTKIN, P. “Modern Science and Anarchism”, p. 170.

133 BAKUNIN, M. “The Program of the Alliance”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy*, p. 255.

declínio”¹³⁴. Para Kropotkin, era essencial construir a resistência, a solidariedade e a consciência dos trabalhadores nos sindicatos, com vistas a uma “vasta organização operária” para buscar o “objetivo da revolução [...], a expropriação dos detentores das riquezas da sociedade” – fazendo isso, se necessário, “sobre o cadáver da burguesia”.¹³⁵

Segundo os anarquistas, não são os Estados e nem os partidos políticos estatistas que transformam a sociedade. Isso porque o movimento pela transformação deve conter em si valores centrais que antecipem a forma e o conteúdo da sociedade que ele pretende criar: consciência de classe, solidariedade, oposição à opressão, democracia interna, autogestão e autoatividade. Para Bakunin, a lógica do Estado é vertical, autoritária e sufocante; o próprio Estado é “um vasto matadouro ou um enorme cemitério, onde todas as aspirações reais, todas as forças vivas de um país entram generosa e alegremente”, e, enfim, saem “mortas e enterradas”.¹³⁶ O fato de serem os meios que conformam os fins explica por que um projeto estatista centrado nos partidos políticos não pode realmente livrar a sociedade de seu atual caráter classista e hierárquico.

Kropotkin sustentou ser essencial identificar os objetivos finais e, então, “especificar um curso proposto de ação em *conformidade com os fins*”. Partidos políticos que pretendem conquistar o poder do Estado não refletiriam nem os meios e nem os fins pelos quais os anarquistas “estão trabalhando”.¹³⁷ A revolução tinha que conformar “um movimento popular generalizado”, no qual as massas, em “todas as cidades e povoados [...], assumem para si a tarefa de reconstruir a sociedade”, por meio de associações fundadas em princípios democráticos e anti-hierárquicos.¹³⁸ Buscar a liberdade em líderes políticos ou no próprio Estado é simplesmente preparar o terreno para a ascensão de uma classe dominante. “Trabalhadores livres precisam de uma organização livre”, que se baseie “no livre acordo e na livre cooperação, sem sacrificar a autonomia do indivíduo à influência onipresente de um Estado”.¹³⁹

Embora tenham se oposto a todos esses projetos estatistas (tanto os reformistas, quanto os revolucionários), os anarquistas se preocuparam profundamente com a tendência marxista de substituir o proletariado pelo partido revolucionário. Bakunin

134 BAKUNIN, M. “The Policy of the International”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy*, p. 174, grifos no original.

135 KROPOTKIN, P. “Workers’ Organization”. In: MCKAY, I. (org.). *Direct Struggle Against Capital*, pp. 304-306, 311.

136 BAKUNIN, M. “The Paris Commune and the Idea of the State”, p. 269.

137 KROPOTKIN, P. “Workers’ Organization”, pp. 303-304.

138 KROPOTKIN, P. “Modern Science and Anarchism”, p. 188.

139 KROPOTKIN, P. “Anarchist Communism”, p. 52.

previu que, caso conquistassem o poder do Estado, “o sr. Marx e seus amigos” iriam “libertar” as massas “à sua própria maneira”, estabelecendo um “controle despótico” sobre a população e tratando-a como um “rebanho regimentado”.¹⁴⁰ Trata-se, em parte, simplesmente de uma reafirmação dos argumentos contra a utilização do Estado, incluindo a noção de que uma nova elite poderia inclusive alegar estar “governando em nome do conhecimento”.¹⁴¹

Pelo contexto, fica claro que Bakunin se referia à noção de que o marxismo seria o único socialismo “científico”, que ele representaria sozinho a classe trabalhadora e cuja própria vitória estaria predestinada pela história. Os comunistas, disseram Marx e Engels, “representam sempre e em toda parte os interesses do movimento como um todo”; eles são “o setor mais avançado e resoluto dos partidos da classe trabalhadora de todos os países” e “têm sobre a grande massa do proletariado a vantagem de compreender claramente as linhas de marcha, as condições e os resultados gerais finais do movimento proletário”.¹⁴²

Tomada isoladamente, essa posição não difere muito daquela adotada pelos anarquistas, que certamente se viam como defensores e porta-vozes das classes oprimidas, e acreditavam estar munidos de uma análise e de uma visão de mundo superiores. De modo geral, toda pessoa que assume e defende uma determinada posição política, mesmo que essa posição tenha um caráter profundamente relativista, pressupõe que sua própria visão é superior à dos outros e que, portanto, deve nortear a ação.

Contudo, segundo os anarquistas, os marxistas faziam duas alegações adicionais, que implicavam a substituição completa da classe pelo partido. Primeiro, que *apenas* o marxismo representava, “sempre e em toda parte”, os interesses e o programa da classe trabalhadora, e que o anarquismo e outras ideologias rivais, por extensão, representavam, de diversas maneiras, as forças feudais, o campesinato decadente¹⁴³, os lacaios do capitalismo e as diversas “tendências *burguesas*” “irreconciliavelmente opostas” ao socialismo.¹⁴⁴ Segundo, que o próprio partido marxista era o único instrumento legítimo para a tomada do poder do Estado e, mais precisamente, para a

140 BAKUNIN, M. “Statism and Anarchy”, pp. 331-332.

141 BAKUNIN, M. “The International and Karl Marx”, pp. 318-319.

142 MARX, K.; ENGELS, F. *The Communist Manifesto*, pp. 39-41.

143 Ibid., pp. 58-78.

144 LENIN, V. “The Immediate Tasks of the Soviet Government”. In: *Selected Works in Three Volumes*, p. 599, grifos no original.

formação de um Estado centralizado, que tivesse como base a força e o “poder indivisível”.¹⁴⁵

Uma vez que o poder do Estado só pode ser tomado e exercido por uma minoria, isso também significa, efetivamente, que o Estado é capturado pela *liderança* do partido – nos tempos de Bakunin, “o sr. Marx e seus amigos”; depois, Lenin e outros. Munidos da teoria de que é apenas o partido que representa a classe trabalhadora, comprometidos com a “ditadura” centralizada, e operando sem restrições reais, não foi difícil para os marxistas chegarem à conclusão de que todos os críticos eram não apenas mal-informados, mas inimigos de classe hostis e agentes da contrarrevolução, que precisavam ser suprimidos. Então, a liderança do partido qualificou esses críticos objetivamente como “inimigos do povo” – aquele mesmo povo que ela explorava e dominava –, e passou, bem rápido, a suprimir todas as dissidências camponesas e operárias, acusando-as de contrarrevolucionárias. Dessa maneira, o “controle despótico” por parte de uma nova elite poderia *alegar* estar “governando em nome do conhecimento” – em outras palavras, o conhecimento *marxista*, conforme decidido e autorizado pelos ideólogos do partido, seria usado para justificar o *substitucionismo* e o autoritarismo.

Aqueles que tentaram limpar Marx das máculas do *gulag* russo deram bastante ênfase ao fato de ele raramente ter usado a expressão “ditadura do proletariado” e, nessas poucas ocasiões, ter feito um uso ambíguo dela.¹⁴⁶ Entretanto, as alegações de Bakunin e Kropotkin – de que as estratégias do marxismo clássico estavam fadadas a terminar na ditadura de uma nova classe – quase não fazem referência a essa expressão. Os anarquistas também não afirmaram que Marx defendeu, específica e explicitamente, um Estado de partido único e a ditadura. Eles argumentaram, em vez disso, que o raciocínio marxista se prestava a uma fusão entre classe (trabalhadora) e partido (marxista), e que isso seria ainda reforçado por um segundo elemento da estratégia marxista: a fusão entre partido e Estado, com este Estado centralizando em si toda a administração, a coerção e a produção.

De acordo com os anarquistas, tudo isso, tomado em conjunto, levaria à substituição da classe pelo partido, assim como ao uso do partido contra a classe. Sob um partido-Estado comprometido com a supressão da contrarrevolução, é difícil

145 LENIN, V. “The State and Revolution”, p. 255.

146 Por exemplo: DRAPER, H. *The ‘Dictatorship of the Proletariat’ from Marx to Lenin*. Nova York: Monthly Review Press, 1987, cap. 1.

entender como seria possível haver qualquer discordância do partido no poder – o autodeclarado representante histórico do proletariado, que estaria munido da doutrina “científica” infalível. Independentemente de Marx ou Engels terem concebido, de maneira explícita ou implícita, a “ditadura do proletariado” como o governo de uma pequena elite revolucionária, esse é precisamente o tipo regime que o marxismo produziu. Como escreveu G. P. Maximoff, “segue-se logicamente que o terror deve ser aplicado contra todos, com exceção de um pequeno grupo da ‘vanguarda do proletariado’ organizada em partido”; isso, na realidade, significa “a ditadura dos líderes [do partido]”.¹⁴⁷

Os anarquistas argumentaram que, em sua democracia socialista revolucionária, distintamente, haveria direitos democráticos genuínos, incluindo o direito, dentro das normas democráticas, de discordar abertamente e até fazer campanha contra a democracia. Esses direitos não se tornariam substantivos apenas por uma ordem social igualitária, mas por meio da liberdade “absoluta e completa” para “expressar todas as opiniões” sem represálias, e também da liberdade de associação, inclusive por parte de associações que promovessem “o enfraquecimento (ou a destruição) da liberdade individual e pública”.¹⁴⁸ O sistema seria politicamente pluralista e não haveria fusão entre governo partidário e governo popular. Os anarquistas, predominantes *ideologicamente* apenas na medida em que suas visões fossem ampla e livremente aceitas, se oporiam a “toda ambição de dominar o movimento revolucionário do povo” por meio de “grupos ou indivíduos”.¹⁴⁹ As verdadeiras salvaguardas seriam: uma “opinião pública” informada, um sistema de educação reformado que promova o pensamento crítico e o respeito pelos direitos humanos, além de estruturas claramente democráticas.¹⁵⁰

Além disso, os anarquistas não negaram a necessidade da coordenação econômica; na verdade, há muitos escritos e experiências anarquistas que especificam de que modo as unidades locais autogeridas de consumo e produção se vinculariam entre si, adotando processos de planejamento participativo e democrático. Bakunin defendeu explicitamente um plano global, que fosse produzido por uma vasta federação

147 MAXIMOFF, G. *The Guillotine at Work: Twenty Years of Terror in Russia. The Leninist Counter Revolution*. Orkney: Cienfuegos Press, 1979, pp. 19-20, 257.

148 BAKUNIN, M. “Revolutionary Catechism”, p. 79.

149 BAKUNIN, M. “On the Internal Conduct of the Alliance”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchism*, p. 387.

150 BAKUNIN, M. “Revolutionary Catechism”, pp. 79, 82.

econômica de empresas e comunidades autogestionárias.¹⁵¹ Para ele, a “organização social futura” será “realizada de baixo para cima, pela livre associação, com localidades e sindicatos federados por comunas, regiões, nações e, finalmente, uma grande federação universal e internacional”.¹⁵²

Quanto ao último argumento em favor da utilização do Estado, a defesa militar, é importante ressaltar que a ampla tradição anarquista tratou diretamente dessa questão. Embora uma minoria, principalmente de sindicalistas revolucionários e anarcossindicalistas, acreditasse em uma “revolução sem derramamento de sangue”, eles não ignoravam o Estado; argumentavam, em vez disso, que a ocupação generalizada e a autogestão dos locais de trabalho impediriam o fornecimento material e financeiro para os militares do Estado e possibilitariam uma subversão dos soldados.¹⁵³

No entanto, a maioria defendia a autodefesa revolucionária armada e coordenada. Bakunin, ao mesmo tempo em que defendeu a “dissolução do exército, do judiciário [...] e da polícia” da ordem vigente, reivindicou “barricadas permanentes”, coordenadas por delegados com “mandatos sempre responsáveis e sempre revogáveis”, e com a “ampliação das forças revolucionárias”, dentro dos “países rebeldes” e entre eles.¹⁵⁴ Isso faria parte da “federação permanente” que integraria a nova sociedade, por meio de um sistema de delegados, e integraria o esforço para “organizar uma força revolucionária com capacidade de derrotar a reação” e garantir “a universalidade da revolução”, que deveria ter alcance internacional.¹⁵⁵ Para Kropotkin, a “honra suprema” não era “morrer [...] na cama, mas na luta armada pela emancipação de um povo”, uma luta que deveria ser levada a cabo “pelas massas”.¹⁵⁶ Malatesta via a noção de uma revolução pacífica como “pura utopia”, uma vez que a revolução se resolve pela “principal força”, com a “vitória [...] do mais forte”.¹⁵⁷

151 GUÉRIN, D. *Anarchism*, pp. 55, 153. Exemplos históricos notáveis incluem, por exemplo, a gestão anarquista da infraestrutura de água de Barcelona, no final da década de 1930. Ver, por exemplo: GOROSTIZA, S.; MARCH, H.; SAURI, D. “Servicing Customers in Revolutionary Times: The Experience of the Collectivised Barcelona Water Company During the Spanish Civil War”. In: *Antipode*, vol. 45, num. 4, 2012, pp. 908–925.

152 BAKUNIN, M. “The Paris Commune and the Idea of the State”, p. 270.

153 Por exemplo: CHAPLIN, R. *The General Strike*. Chicago, 1935.

154 BAKUNIN, M. “The Program of the International Brotherhood”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy*, pp. 152-154.

155 BAKUNIN, M. “Program and Object of the Secret Revolutionary Organization of the International Brethren”. In: GUÉRIN, D. (org.). *No Gods, No Masters: An Anthology of Anarchism. Book One*. Oakland: AK Press, 1989, pp. 155-156.

156 KROPOTKIN, P. “1st May 1891”, p. 324.

157 MALATESTA, E. “Syndicalism: An Anarchist Critique [Sic]”. WOODCOCK, G. (org.). *The Anarchist Reader*. Glasgow: Fontana/ Collins, 1977, p. 224.

ETAPAS, CAPITALISMO, CAMPESINATO E LIBERTAÇÃO NACIONAL

A questão final que dividiu as duas tradições refere-se às etapas históricas. Como indiquei anteriormente, os marxistas clássicos, na prática, nunca aguardaram passivamente a chegada de uma revolução impulsionada por forças históricas anônimas. No entanto, essa questão das etapas gerou grandes diferenças (e algumas curiosas semelhanças) nas abordagens que ambas as tradições adotaram em relação às lutas de libertação nacional e anti-imperialistas. O modelo de história teleológico e centrado nas etapas, que foi fundamental na teoria marxista, desempenhou um papel central na elaboração da estratégia marxista; ele não substituiu, mas acabou moldando a ação do partido marxista como uma força histórica.

Para Marx e Engels, a expansão global do capitalismo era essencial para a criação de um proletariado universal e, até que isso se realizasse, as principais perspectivas revolucionárias estariam nos centros capitalistas mais avançados do norte e do oeste da Europa. Embora Kautsky tenha argumentado, em 1909, que o “campo de batalha da revolução proletária” estava se tornando “o mundo inteiro”¹⁵⁸, isso não significava que a revolução proletária estivesse realmente na agenda em todos os lugares.

Na realidade, a revolução proletária e socialista era uma opção apenas para os países mais avançados. Para aqueles menos avançados – como os países atrasados do leste e do sul da Europa, e também a maior parte do mundo colonial –, a tarefa imediata era a modernização capitalista, que poderia ser realizada por meio da intromissão colonial de potências avançadas¹⁵⁹ ou das revoluções democráticas e burguesas locais. No início dos anos 1900, por exemplo, Kautsky e Lenin concordavam que a luta na Rússia era por uma revolução democrática e burguesa, contra as barreiras feudais ao comércio e à indústria, e por reformas agrárias e legais. Isso era “*extremamente vantajoso para o proletariado*”.¹⁶⁰ O campesinato poderia ajudar nesse processo, ainda que ele fosse ser destruído pelo desenvolvimento subsequente do capitalismo.¹⁶¹

Esse tipo de raciocínio foi central para o foco que a Segunda Internacional deu aos países ocidentais e para o papel insignificante que atribuiu ao mundo colonial e pós-

158 KAUTSKY, K. *The Road to Power*, pp. 126-127.

159 MARX, K. “The British Rule in India”, p. 132.

160 LENIN, V. “Two Tactics of Social-Democracy in the Democratic Revolution”. In: *Selected Works in Three Volumes*, pp. 451-452, grifos no original.

161 STEENSON, G. *Karl Kautsky (1854-1938): Marxism in the Classical Years*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991, pp. 135-136.

colonial.¹⁶² Aqueles que desejavam a revolução socialista em tais regiões eram aconselhados a promover a transição capitalista e a assegurar modestas reformas – algo que deixava pouco espaço para a atividade marxista local e independente. Ainda assim, sob o manto da ortodoxia etapista, houve desenvolvimentos importantes que lançaram as bases para práticas políticas mais flexíveis. A primeira dessas práticas centrou-se na teoria do caráter mutável do imperialismo capitalista; a segunda, na noção de que as “tarefas” históricas de uma classe poderiam ter que ser assumidas por outra; a terceira, na ideia de que as condições internacionais poderiam permitir que alguns países saltassem etapas.

Ao mesmo tempo que Marx argumentava que o imperialismo poderia desempenhar um papel progressista, ele também enfatizava que o imperialismo certamente geraria resistências e insurreições.¹⁶³ Com o tempo, Marx se tornou mais cético em relação à primeira afirmação e mais entusiasmado com a segunda. Logo depois, Kautsky aconselhou os marxistas iranianos a lutarem pela independência, promovendo uma aliança de classes que incluísse os capitalistas locais; ele também expressou crescentes dúvidas sobre a capacidade de o capitalismo estrangeiro modernizar as colônias.¹⁶⁴ Lenin foi mais longe, argumentando que o capitalismo ocidental havia entrado em sua fase final nos anos 1880, quando se constatava o monopólio, a estagnação e o declínio.¹⁶⁵ Isso tornava o socialismo imediatamente possível nos países avançados. Mas também significava que suas explorações imperialistas não eram mais um catalisador para o desenvolvimento das forças produtivas no mundo colonial, mas uma *barreira* para esse desenvolvimento. Parecia fácil, então, concluir que a independência nacional era agora essencial para a conclusão da etapa capitalista, o que significava que a revolução democrática e burguesa nos países coloniais era, também, uma revolução nacional e anti-imperialista.

Os primeiros congressos da Internacional Comunista (Comintern, a “Terceira Internacional”, formada em 1919) determinaram que os marxistas deveriam apoiar “movimentos revolucionários de libertação” que estivessem dispostos a romper com o

162 VAN DER WALT, L.; HIRSCH, S. “Rethinking Anarchism and Syndicalism: The Colonial and Post-colonial Experience, 1870-1940”. In: HIRSCH, S.; VAN DER WALT, L. (orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World (1870-1940): The Praxis of National Liberation, Internationalism, and Social Revolution*. Leiden: Brill, 2010, pp. xxxv.

163 MARX, K. “Investigation of Tortures in India”. In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 15. Moscou: Progress Publishers, 1989, p. 341.

164 LIH, L. “The New Era of War and Revolution”, pp. 372-374.

165 LENIN, V. *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism: A Popular Outline*. Beijing: Foreign Languages Press, 1970.

imperialismo; acrescentaram, ainda, que, onde o capitalismo não estivesse “totalmente desenvolvido”, a luta deveria ser principalmente uma luta contra o feudalismo e o imperialismo.¹⁶⁶ Era essencial ter “a solução mais radical das tarefas de uma revolução democrática e burguesa, que visa à conquista da independência política”.¹⁶⁷ Essa perspectiva foi afirmada em congressos posteriores, que caracterizaram o imperialismo como um “parasita”.¹⁶⁸ Para Mao, nos anos 1930, os “principais alvos nesta etapa da revolução chinesa” eram “o imperialismo e o feudalismo, a burguesia dos países imperialistas e a classe latifundiária de nosso próprio país”, bem como “os burgueses reacionários que colaboram com as forças imperialistas e feudais”.¹⁶⁹ Ao assumirem o poder em 1949, os comunistas chineses descreveram seu regime como uma “nova democracia” baseada nas quatro classes, uma etapa em direção ao socialismo.

Mas, embora tenha persistido um dualismo básico entre os países destinados à revolução proletária e socialista, e aqueles destinados às transformações democráticas e burguesas, houve uma mudança muito importante. A nova avaliação negativa do imperialismo capitalista significava que o apoio marxista à modernização capitalista nesses países exigia, naquele momento, um programa firmemente anti-imperialista, que incluísse a participação ativa nas lutas de libertação nacional policlassistas. Nos países coloniais e “semicoloniais”, a tarefa fundamental ainda era a transformação democrática e burguesa, mas isso agora tomava forma daquilo que passou a ser chamado de revolução “nacional-democrática”. A revolução democrática e burguesa assumia, assim, uma forma nacional-democrática e envolvia movimentos policlassistas, que incorporavam a burguesia, mas excluía as forças feudais. Foi isso que permitiu que a Terceira Internacional tivesse um impacto significativo no mundo colonial e pós-colonial, substituindo a frágil perspectiva da Segunda Internacional para esses territórios por uma agenda militante.

Em segundo lugar, havia nos círculos marxistas um crescente interesse na ideia de que uma classe poderia realizar as “tarefas” de outra. Lenin argumentou que, como

166 COMINTERN. “Theses on the National and Colonial Question Adopted by the Second Comintern Congress”. In: DEGRAS, J. (org.). *The Communist International, 1919-1943: Documents*, vol. 1. Londres: Frank Cass & Co, 1971, pp. 141, 143-144.

167 COMINTERN. “Theses on the Eastern Question Adopted by the Fourth Comintern Congress”. In: DEGRAS, J. (org.). *The Communist International 1919-1943: Documents*, vol. 1, p. 389.

168 COMINTERN. “Extracts from ‘The Theses on the Revolutionary Movement in Colonial and Semi-Colonial Countries’ Adopted by the Sixth Comintern Congress”. In: DEGRAS, J. (org.). *The Communist International 1919-1943: Documents*, vol. 2, p. 534.

169 ZEDONG, M. “The Chinese Revolution and the Chinese Communist Party”. In: TUROK, B. (org.). *Revolutionary Thought in the Twentieth Century*. Johannesburg: Institute for African Alternatives, 1990, pp. 77-79.

era improvável que a burguesia russa realizasse uma revolução democrática e burguesa, o campesinato – que ele considerava ser uma espécie de pequena burguesia com interesses antifeudais – poderia desempenhar esse papel fundamental, mas em aliança com a classe trabalhadora.¹⁷⁰ A teoria da “revolução permanente” de Trotsky difundiu essa ideia nos países de desenvolvimento tardio, acrescentando que o papel de liderança da classe trabalhadora (e de seu partido, é claro) na realização das “tarefas” democráticas e burguesas tornava muito provável que a revolução avançasse rapidamente para o socialismo.¹⁷¹

A partir dos anos 1920, os comunistas marxistas passaram a argumentar, cada vez mais frequentemente, que a transição rápida para uma etapa superior era viável, desde que a classe trabalhadora (representada, é claro, pelo partido) se tornasse a força motriz das revoluções nacional-democráticas. Mao, por exemplo, argumentou que a revolução chinesa envolvia uma aliança entre campesinato, pequena burguesia, burguesia nacional e classe trabalhadora, mas essa aliança, por razões históricas, teve que ser “liderada pela classe trabalhadora e pelo Partido Comunista”.¹⁷² A revolução havia implicado uma luta contra o imperialismo e as “forças feudais” que dificultavam o desenvolvimento capitalista¹⁷³, uma “revolução nacional para derrubar o imperialismo”, que iria “regular” e não “destruir” o capitalismo.¹⁷⁴ Mas o fato de a revolução ter sido “liderada pela classe trabalhadora e pelo Partido Comunista” obviamente produziu uma situação muito diferente daquela que ocorreu, por exemplo, na Índia que recém conquistara sua independência. Em dez anos, o partido chinês anunciou uma mudança para a “construção socialista”.¹⁷⁵

O terceiro e último aspecto a ser observado é que o marxismo clássico *admitiu* a possibilidade de pular etapas completamente, em geral com da assistência de sociedades em estágios mais avançados. O primeiro a indicar essa possibilidade foi Marx. Ainda que ele considerasse que a Índia se encontrava em um estágio pré-feudal¹⁷⁶, ele acreditava que o colonialismo britânico estava tornando-a capitalista. Em relação à

170 Por exemplo: LENIN, V. “Two Tactics of Social-Democracy”.

171 Por exemplo: TROTSKY, L. *The Permanent Revolution and Results and Prospects*. Nova York: Pathfinder Press, 1986.

172 ZEDONG, M. “On the People’s Democratic Dictatorship”, p. 379.

173 ZEDONG, M. “Report on an Investigation of the Peasant Movement in Hunan”. In: *Selected Readings from the Works of Mao Tsetung*, 1971, pp. 28, 30.

174 ZEDONG, M. “On the People’s Democratic Dictatorship”, pp. 372, 379, 384.

175 ZEDONG, M. “On the Correct Handling of Contradictions Among the People”. In: *Selected Readings from the Works of Mao Tsetung*, pp. 433-434, 444-445.

176 Por exemplo: SHIOZAWA, K. “Marx’s View of Asian Society and his ‘Asiatic Mode of Production’”. In: *The Developing Economies*, vol. 4, num. 3, 1966, pp. 299-315.

Rússia, Marx sugeriu que as comunas camponesas tradicionais poderiam constituir um “ponto de partida para o desenvolvimento comunista”, se uma revolução russa se tornasse o sinal para uma “revolução proletária no Ocidente” que tivesse condições de auxiliá-la (“completá-la”).¹⁷⁷ O modelo de revolução permanente de Trotsky não substituiu sua visão de que as transições socialistas bem-sucedidas em países menos desenvolvidos exigiam revoluções e auxílio material dos países avançados.

Outra abordagem sobre pular etapas surgiu na Rússia, onde, contra toda a teoria marxista, o primeiro Estado marxista revolucionário da história emergiu em uma sociedade vasta, atrasada, semifeudal e arruinada pela guerra. Quando a revolução não conseguiu se espalhar para os países mais avançados, os marxistas mais destacados, agora no comando de grande parte da Rússia e de suas antigas colônias, decidiram compensar a defasagem histórica construindo deliberadamente o “socialismo em um só país”, por meio de uma industrialização promovida pelo Estado.¹⁷⁸ Essa abordagem foi posteriormente adotada por outros regimes marxistas, como a China. O Comintern argumentou explicitamente que a aliança com a União Soviética e com os (esperados) regimes revolucionários ocidentais poderia fazer com que “os países coloniais e semicoloniais” “evitassem o estágio de dominação capitalista, talvez até mesmo o desenvolvimento de relações capitalistas em geral”, e avançassem “com a ajuda da ditadura proletária vitoriosa em outros países, no sentido de uma revolução socialista proletária”.¹⁷⁹

Em suma, as estratégias do movimento marxista clássico foram profundamente moldadas pela teoria das etapas e, apesar das mudanças operadas por Lenin, por uma estratégia de duas etapas para os países menos desenvolvidos, segundo a qual, antes viria a transformação democrática e burguesa/nacional e, depois ela seria seguida pelo socialismo. Mas havia espaço para flexibilidade nesse modelo; os “stalinistas”, de maneira muito menos mecanicista do que alegado pelos trotskistas, avançaram rapidamente para a segunda etapa (socialista). Em termos de política prática, essas ideias subsidiaram alianças entre marxistas e nacionalistas, permitiram à União Soviética (e, mais tarde, a regimes como a China) encontrar aliados entre nacionalistas

177 MARX, K.; ENGELS, F. “Preface to the Second Russian Edition”, p. 426.

178 SHERLOCK, S. “Berlin, Moscow and Bombay: The Marxism that India Inherited”. In: *South Asia: Journal of South Asian Studies*, vol. 21, num. 1, 1998, pp. 63-76.

179 COMINTERN. “Extracts from ‘The Theses on the Revolutionary Movement in Colonial and Semi-Colonial Countries’”, p. 533.

de outras localidades e, finalmente, facilitaram uma série de revoluções marxistas, que surgiram do seio de lutas de libertação nacional, como no Vietnã e em Moçambique.

Como, então, se posicionam os anarquistas, anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários frente a tudo isso? Um aspecto crucial de divergência é que, como observado anteriormente, os anarquistas rejeitaram a teoria das etapas. Na literatura anarquista, não há nada equivalente aos debates marxistas clássicos sobre se a luta imediata deveria buscar a revolução democrático-burguesa ou a revolução socialista-proletária ou sobre se um partido marxista poderia substituir a liderança da burguesia em uma revolução nacional-democrática, e assim por diante.

Pelo contrário, Bakunin enfatizou que os anarquistas não queriam uma revolução que fosse “realizável apenas em um futuro remoto”, mas que promovesse a “emancipação completa e real de todos os trabalhadores, não apenas em algumas, mas em todas as nações, ‘desenvolvidas’ e ‘não desenvolvidas’”, como um objetivo imediato.¹⁸⁰ Nesse modelo, as lutas contra as relações feudais ou o domínio imperial, por exemplo, desvinculam-se completamente da discussão sobre se essas batalhas possibilitariam ou não um desenvolvimento mais pleno do capitalismo, e também do debate sobre as etapas históricas para o socialismo. As diferentes lutas não são separadas diacronicamente – ou seja, em uma sequência que se adequa ao modelo das etapas históricas, cada uma com suas próprias “tarefas” –, mas ocorrem simultaneamente, como uma série de frentes de luta *concomitantes* das classes revolucionárias. Tendo em vista que os esquemas históricos das etapas progressivas e sequenciais eram considerados “ficções metafísicas”¹⁸¹, e que o capitalismo, especificamente, não era uma etapa historicamente necessária e nem evoluía conforme a trajetória sustentada pelos marxistas, não havia justificativa para as tentativas de integrar as preocupações sobre etapas àquelas sobre estratégia.

O que importava não era uma suposta etapa histórica, mas a preparação e o poder do campesinato e da classe trabalhadora em um determinado momento. Quando Marx disse sobre Bakunin que “as condições econômicas não importam para ele”, acrescentando que “a vontade, e não as condições econômicas, é o fundamento de sua revolução social”¹⁸², ele não estava muito equivocado. Para Bakunin, o que importava era a vontade *consciente* das classes revolucionárias, embasada em uma “nova filosofia

180 BAKUNIN, M. “Letter to *La Liberté*”, p. 284.

181 KROPOTKIN, P. “Modern Science and Anarchism”, pp. 150-152.

182 GOULDNER, A. *The Two Marxisms*, p. 69.

social”, em uma “nova fé” na possibilidade de uma nova ordem social, assim como na capacidade das pessoas comuns a criarem.¹⁸³ É certo que as “condições materiais” e as “necessidades” frustradas das classes populares haviam gerado antagonismos fundamentais relativos ao capitalismo, ao latifundiarismo e ao Estado, assim como desejos correspondentes de “bem-estar material” e da possibilidade de “viver e trabalhar em uma atmosfera de liberdade”.¹⁸⁴ Entretanto, isso só assegurava o potencial de uma transformação radical; nas profundezas da “pobreza extrema”, as massas muitas vezes “não mostram sinais de mobilização”.¹⁸⁵

É precisamente por isso que os órgãos de contrapoder e uma contracultura revolucionária são essenciais para promover a revolução anarquista. Tal revolução é “infinitamente mais do que uma série de insurreições”, “mais do que meras lutas de rua e muito mais do que uma simples mudança de governo”. Ela é “uma rápida derrubada, ao longo de alguns anos, das instituições que levaram séculos para se enraizar”, acompanhada pelo “nascimento de ideias completamente novas [...], e concepções que logo se tornam realidades”.¹⁸⁶ É, sobretudo, a atividade construtiva das classes populares, fundamentada em uma “nova fé” que transforma a sociedade.

Como discuti, a análise de Kropotkin sobre a Revolução Francesa deu mais crédito pela abolição da servidão e da monarquia absoluta aos camponeses e trabalhadores do que à burguesia, a qual ele apontou como um freio ao progresso. Essas profundas mudanças na estrutura social foram feitas de baixo para cima; apenas mais tarde os políticos “sancionaram por lei” aquilo que os camponeses e outros “exigiram durante os últimos quatro anos e já haviam conquistado aqui e ali”.¹⁸⁷ No entanto, os camponeses e os trabalhadores franceses foram contidos pela “falta de clareza na mente do povo sobre o que ele deveria esperar da revolução”; enquanto a burguesia tinha um programa claro, o povo mostrava-se hesitante, preconceituoso, centrado em “simples negações” e sem um projeto “construtivo”.¹⁸⁸ Ele havia conquistado mudanças duradouras, mas, no final das contas, permaneceu oprimido, pois a sociedade de classes

183 BAKUNIN, M. “The Program of the Alliance”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy*, pp. 249-251.

184 BAKUNIN, M. “The Policy of the International”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy*, pp. 166-167.

185 BAKUNIN, M. “Letters to a Frenchman on the Current Crisis”, p. 209; ver também: BAKUNIN, M. “Statism and Anarchy”, p. 335.

186 KROPOTKIN, P. *The Great French Revolution (1789-1793)*, vol. 1, pp. 22-23.

187 Ibid., pp. 145, 165; ver também: KROPOTKIN, P. *The Great French Revolution (1789-1793)*, vol. 2, pp. 498-499.

188 Ibid., pp. 33-34.

sobreviveu; com o tempo, esse fracasso deu origem ao socialismo moderno, incluindo o anarquismo.¹⁸⁹

Em outras palavras, para os anarquistas, a questão fundamental para se considerar ou não a possibilidade de uma revolução socialista não é se a história chegou à etapa correta em termos de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, mas se a capacidade e a consciência do campesinato e do proletariado atingiram um ponto tal, que elas têm condições de derrotar a classe dominante e refazer a sociedade.

Portanto, não havia necessidade de que a etapa capitalista estivesse concluída, e nem mesmo iniciada. Além disso, os anarquistas argumentaram consistentemente que seria apenas *após* a revolução que os principais avanços nas forças produtivas ocorreriam, e que a revolução levaria a um salto enorme na produção, como resultado das novas e justas relações sociais. A título de exemplo histórico, Kropotkin citou evidências de que a produtividade e a produção rurais aumentaram muito durante a Revolução Francesa; o camponês “arava as terras que ele havia retomado dos senhores, dos conventos, das igrejas”; ele “comia até se fartar, endireitava as costas e ousava a falar”, mobilizando “sua habilidade e sua energia”.¹⁹⁰

Embora haja um curioso paralelo com a ideia de Stálin e Mao – de que uma sociedade revolucionária poderia criar as próprias condições materiais para o progresso, em vez de esperar até que o capitalismo as amadurecesse –, também há diferenças fundamentais. Os anarquistas vislumbravam um processo de inovação e crescimento que fosse genuinamente construído de baixo para cima, e que se baseasse em relações cooperativas e na coordenação democrática, ao passo que Stálin e Mao se baseavam no planejamento estatal centralizado e na coerção. Ademais, anarquistas, anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários jamais consideraram as relações sociais da Rússia stalinista ou da China maoísta, em qualquer sentido, como relações igualitárias, socialistas ou como uma transição genuína para algo distante do capitalismo.

A rejeição da teoria das etapas não significava que Bakunin e Kropotkin consideravam questões de estrutura social e econômica, condições políticas específicas, diferenças nacionais e regionais, ou desenvolvimentos em curso como algo irrelevante

189 KROPOTKIN, P. “The Place of Anarchism in Socialistic Evolution”. In: MCKAY, I. (org.). *Direct Struggle Against Capital*, pp. 115-116.

190 KROPOTKIN, P. *The Great French Revolution (1789-1793)*, vol. 2, pp. 594-595.

para a estratégia revolucionária. Bakunin elaborava estratégias com base em “uma compreensão detalhada da relação de forças entre a burguesia e a classe trabalhadora”, em conjunturas específicas, a fim de revelar “ocasiões adequadas” para a revolução e “evitar erros trágicos”.¹⁹¹ Exemplos notáveis nesse sentido estão em suas *Cartas a um Francês Sobre a Crise Atual*, de 1870, escritas às vésperas da Guerra Franco-Prussiana, nas quais Bakunin elaborou uma estratégia para transformar o conflito nacional em uma revolução social, antecipando, de modo verdadeiramente surpreendente, a Comuna de Paris de 1871.¹⁹² Envolvem, também, seu livro *Estatismo e Anarquia*, de 1873, que realiza um levantamento detalhado das perspectivas revolucionárias em diferentes partes da Europa.¹⁹³

As intervenções políticas de Kropotkin também foram profundamente moldadas por análises cuidadosas da realidade de seu tempo. Nos anos 1870, ele enfatizou que o modelo da Comuna de Paris de 1871 era “uma nova página na história”¹⁹⁴; mas, uma década depois, observando a ascensão do movimento operário na França, ele defendeu o trabalho nos sindicatos, tomando cuidado para que se compreendesse a situação de “cada localidade”.¹⁹⁵ Houve, é claro, muitos anarquistas que foram menos cuidadosos, confiando apenas na teoria abstrata¹⁹⁶, mas isso não se trata de uma falha exclusiva ou intrínseca do anarquismo, como atesta a história de muitos grupos marxistas.

Bakunin também estava bem ciente que os camponeses eram mais difíceis de organizar do que os trabalhadores urbanos, e muitas vezes mais conservadores, até mesmo “egoístas e reacionários”, cheios de “preconceitos” contra a revolução e fortemente apegados à propriedade privada.¹⁹⁷ No entanto, ele rejeitava a noção de que os camponeses deveriam ser liderados ou organizados por outras classes, por um partido revolucionário, ou mesmo abolidos pela proletarianização, como nos regimes marxistas. Para ele, distintamente, os camponeses deveriam ser atraídos para o movimento revolucionário por meio do “tratamento decidido do socialismo revolucionário” ao

191 BERTHIER, R. “Putting the Record Straight on Mikhail Bakunin”. In: *Libertarian Communist Review*, num. 2, 1976.

192 BAKUNIN, M. “Letters to a Frenchman on the Current Crisis”.

193 BAKUNIN, M. *Statism and Anarchy*. Editado por SHATZ, M. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, cap. 1.

194 KROPOTKIN, P. “Anarchist Communism”, pp. 51-52.

195 KROPOTKIN, P. “Workers’ Organization”, pp. 307-308.

196 BERTHIER, R. “Putting the Record Straight on Mikhail Bakunin”.

197 BAKUNIN, M. “Letters to a Frenchman on the Current Crisis”, pp. 189, 192.

“surto de sarampo” do sentimento reacionário.¹⁹⁸ Isso exigia um trabalho político cuidadoso que prestasse muita atenção às atitudes, queixas e tradições dos camponeses.

Ao passo que Marx acreditava que as comunas camponesas russas poderiam constituir um “ponto de partida para o desenvolvimento comunista”, apenas se fossem auxiliadas pela “revolução proletária no Ocidente”¹⁹⁹, essa estrutura de etapas não existia no pensamento de Bakunin. Ao passo que Lenin e Mao insistiam na necessidade de liderança da classe trabalhadora (mais precisamente, do partido marxista) sobre os camponeses, Bakunin não via o nível das forças produtivas ou as supostas falhas das classes exploradas anteriores ao proletariado como obstáculos para a comuna camponesa desempenhar um papel revolucionário.

Bakunin considerava que esses obstáculos estavam no nível da consciência: as aldeias camponesas precisavam superar seu “vergonhoso regime patriarcal”, sua sufocante falta de liberdade individual, seu compromisso com o “culto ao czar”, seu isolamento social e cultural, e sua subjugação aos latifundiários.²⁰⁰ E isso exigia que os “camponeses mais esclarecidos”, imbuídos de ideias anarquistas, liderassem a contestação dos velhos costumes, coordenassem as aldeias e unissem os camponeses aos trabalhadores – possivelmente auxiliados por intelectuais radicais de fora, que “comungassem de sua vida, de sua pobreza, de sua causa e de sua revolta desesperada”. A posição de Kropotkin sobre essa questão foi muito semelhante.²⁰¹

Uma vez que a estrutura de etapas estava ausente no anarquismo, o movimento desenvolveu uma base ampla e impressionante no mundo colonial e pós-colonial, desde seu surgimento, nos anos 1860 e 1870. De fato, grande parte da história do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária “ocorreu no ‘Oriente’ e no ‘Sul’, e não no ‘Norte’ e no ‘Ocidente’”.²⁰² Os anarquistas sempre criticaram o imperialismo e se opuseram, por princípio, à opressão nacional e racial. A defesa da liberdade nacional decorria da oposição anarquista à hierarquia e de sua ênfase na cooperação voluntária e na autogestão. “O direito de se unir e se separar livremente”, escreveu Bakunin, “é o primeiro e mais importante de todos os direitos políticos”.²⁰³

198 Ibid., pp. 189-192, 197, 208-209.

199 MARX, K.; ENGELS, F. “Preface to the Second Russian Edition”, p. 426.

200 BAKUNIN, M. “Statism and Anarchy”, pp. 346-350.

201 KROPOTKIN, P. “Must We Occupy Ourselves With an Examination of the Ideal of a Future Society?”. In: MILLER, M. (org.). *Selected Writings on Anarchism and Revolution: P.A. Kropotkin*. Cambridge: M.I.T. Press, 1970, pp. 88-98, 100-101.

202 VAN DER WALT, L.; HIRSCH, S. “Rethinking Anarchism and Syndicalism”, p. xl.

203 Citado em: ELTZBACHER, P. *Anarchism*, p. 81.

Houve debates importantes entre anarquistas, anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários acerca da abordagem mais adequada para as lutas anti-imperialistas e de libertação nacional, mas questões centrais que preocupavam os marxistas clássicos – como se o imperialismo desempenhava um papel historicamente progressista ou reacionário, ou se as revoluções burguesas e nacional-democráticas eram necessárias no mundo colonial – estiveram ausentes desses debates. Estes se centraram sobre se – e, em caso afirmativo, sobre como – as lutas anti-imperialistas e nacionais poderiam se vincular à revolução anarquista. Em outras palavras, tais debates diziam respeito ao lugar que essas lutas deveriam ter na estratégia geral de transformação revolucionária, e não ao seu papel em um esquema histórico mais amplo, estruturado em torno de etapas sucessivas. Houve três posições principais a esse respeito²⁰⁴, todas elas se opondo fundamentalmente ao imperialismo, mas variando em sua atitude frente ao nacionalismo e em sua avaliação das tarefas dos libertários frente às lutas de libertação nacional.

A primeira dessas abordagens do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária sustentava que as lutas de libertação nacional eram fúteis, na medida em que inevitavelmente se limitavam a uma simples substituição dos opressores estrangeiros pelos opressores locais. Como essas lutas envolviam movimentos policlassistas, seriam as elites locais que, facilmente, constituiriam os novos Estados independentes. Os movimentos de libertação nacional eram muito restritos; a questão de saber se a nova classe dominante nacional poderia fazer avançar ou mesmo se ela realmente avançaria as forças produtivas era algo irrelevante. A segunda abordagem, em contraste, abraçou o nacionalismo de forma ativa e acrítica, com base na ideia de que um Estado independente, mesmo com todas as suas limitações, era um passo à frente, uma reforma valiosa digna de apoio.

Em essência, ambas as abordagens identificavam os movimentos de libertação nacional com o *nacionalismo*, que é uma ideologia que busca unir todos os membros de uma determinada nação para estabelecer um Estado capaz de expressar a vontade nacional. A diferença é que uma via o nacionalismo como um obstáculo à revolução anarquista – e, portanto, se ausentava dos movimentos de libertação nacional –, enquanto a outra via o nacionalismo como uma força relativamente progressista – e, portanto, dava apoio acrítico a ele, deixando a revolução anarquista para depois. Há aqui

204 VAN DER WALT, L.; HIRSCH, S. “Rethinking Anarchism and Syndicalism”, pp. lv-lxvii. Ver também: VAN DER WALT, L. “Pour Une Histoire de L’anti-impérialisme Anarchiste: ‘Dans Cette Lutte, Seuls Les Ouvriers et Les Paysans Ironont Jusqu’au Bout’”. In: *Refractions*, num. 8, 2002, pp. 27-37; VAN DER WALT, L. *Black Flame*, pp. 297-321.

um curioso paralelo com a abordagem das duas etapas de luta no mundo colonial e pós-colonial da tradição marxista, embora a abordagem anarquista das duas etapas tenha pouco a ver com noções de uma necessidade de revolução nacional e democrática ou de uma revolução burguesa e democrática. Essa abordagem anarquista parece ter surgido de uma avaliação pessimista das perspectivas de uma revolução anarquista, que acabou sendo postergada para um futuro vago²⁰⁵, ou de situações em que a sobrevivência e a unidade nacionais haviam aparentemente se sobreposto a outras diferenças.

A terceira posição de anarquistas, anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários sobre as lutas de libertação nacional sustentava, diferentemente, que o nacionalismo era apenas *uma* corrente nas lutas anti-imperialistas e de libertação nacional, e sugeria que os anarquistas poderiam dar forma a essas lutas, impulsionando-as na direção de uma revolução social antiestatista e internacionalista. Ou seja, mesmo trabalhando ao lado de nacionalistas e de outras forças nessas lutas, os anarquistas deveriam fazer oposição a eles, buscando hegemonia ideológica e uma descolonização radical que garantisse as demandas das classes populares por liberdade social e econômica, e também nacional, em uma sociedade anarquista.

CONCLUSÃO

Neste texto, propus realizar uma análise mais sistemática das diferenças e semelhanças entre marxismo e anarquismo, desvendando suas semelhanças e diferenças analíticas e estratégicas. Busquei superar a caricatura e a ausência de debate, bem como a tradicional redução dessa questão ao conflito Marx-Bakunin. Isso exigiu fazer uma discussão da tradição marxista clássica mais ampla, abarcando o período posterior a Marx, assim como dar uma atenção maior a outros anarquistas além de Bakunin (mais notavelmente Kropotkin) e a questões que, muitas vezes, estão ausentes da literatura, como, por exemplo, as diferenças e semelhanças entre as análises de ambas as tradições das revoluções burguesas e entre suas abordagens das lutas anticoloniais. Embora as diferenças de estratégia tenham ocupado parte importante dessa discussão, procurei mostrar como elas estão profundamente enraizadas em diferentes concepções de economia, sociedade e história, e evidenciar os elementos essenciais dessas diferenças.

205 Por exemplo: DIRLIK, A. *Anarchism in the Chinese Revolution*. Berkeley: University of California Press, 1991, cap. 11.

É importante superar a “ausência de debate entre as tendências marxistas e anarquistas na esquerda revolucionária”²⁰⁶, mas também reconhecer que é precisamente porque as duas *diferem* significativamente que esse debate é possível e valioso. É também por isso que os recentes apelos por uma síntese entre o anarquismo e o marxismo vêm fracassando. A noção de que uma síntese é possível porque as diferenças são muito pequenas demonstra-se falsa, quando examinada sem paixões. É certo que excessos, erros e polarizações grosseiras prejudicaram muito os intercâmbios entre anarquistas e marxistas, mas tais intercâmbios não são a causa, mas refletem justamente a existência dessa divisão. Do mesmo modo é falsa a noção correlata de que uma síntese é necessária porque ambos se complementam, com o anarquismo sendo forte em termos de ética e projeto, e o marxismo em termos de teoria. O anarquismo tem um corpo teórico substancial e rico, e parte dele se sobrepõe àquele do marxismo.²⁰⁷ Portanto, os argumentos que justificam essa síntese com base na afirmação de que o anarquismo carece de uma teoria adequada são espúrios²⁰⁸ e reproduzem a injusta acusação, frequentemente repetida pelos marxistas, de que o anarquismo carece de rigor analítico.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, B. *Under Three Flags: Anarchism and the Anti-Colonial Imagination*. Londres: Verso, 2006.

BAKUNIN, M. *The Capitalist System*. Champaign, Illinois: Libertarian Labour Review, 1993.

_____. “God and the State”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: Allen & Unwin, 1971.

_____. “The International and Karl Marx”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: Allen & Unwin, 1971.

_____. “Letter to *La Liberté*”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: Allen & Unwin, 1971.

_____. “Letters to a Frenchman on the Current Crisis”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: Allen & Unwin, 1971.

_____. *Marxism, Freedom and the State*. Londres: Freedom Press, 1990.

_____. “On the Cooperative Movement”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchism*. Montreal: Black Rose Books, 1980.

_____. “On the Internal Conduct of the Alliance”. In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchism*. Montreal: Black Rose Books, 1980.

206 BLACKLEDGE, P. “Anarchism, Syndicalism and Strategy”.

207 BERTHIER, R. *Social-Democracy and Anarchism*, pp. 162-163.

208 Por exemplo: BOOKCHIN, M. *The Next Revolution: Popular Assemblies and the Promise of Direct Democracy*. Londres: Verso, 2014, pp. 160-161, 164.

- _____. "The Paris Commune and the Idea of the State". In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: Allen & Unwin, 1971.
- _____. "Program and Object of the Secret Revolutionary Organization of the International Brethren". In: GUÉRIN, D. (org.). *No Gods, No Masters: An Anthology of Anarchism. Book One*. Oakland: AK Press, 1989.
- _____. "The Program of the Alliance". In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: Allen & Unwin, 1971.
- _____. "The Program of the International Brotherhood". In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: Allen & Unwin, 1971.
- _____. "Revolutionary Catechism". In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: Allen & Unwin, 1971.
- _____. *Statism and Anarchy*. Editado por SHATZ, M. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. "Statism and Anarchy". In: DOLGOFF, S. (org.). *Bakunin on Anarchy: Selected Works by the Activist-Founder of World Anarchism*. Londres: Allen & Unwin, 1971.
- BEKKEN, J. "Peter Kropotkin's Anarchist Economics for a New Society". In: LEE, F.; BEKKEN, J. (orgs.). *Radical Economics and Labour: Essays in Honour of the IWW Centennial*. Nova York: Routledge, 2009.
- BERTHIER, R. "Putting the Record Straight on Mikhail Bakunin". In: *Libertarian Communist Review*, num. 2, 1976.
- _____. *Social-Democracy and Anarchism in the International Workers' Association, 1864-1877*. Londres: Merlin Press, 2015.
- BLACKLEDGE, P. "Anarchism, Syndicalism and Strategy: A Reply to Lucien van der Walt". *International Socialism: A Quarterly Journal of Socialist Theory*, num. 131, 2011, disponível em: <http://isj.org.uk/anarchism-syndicalism-and-strategy-a-reply-to-lucien-van-der-walt/>.
- BOOKCHIN, M. *The Next Revolution: Popular Assemblies and the Promise of Direct Democracy*. Londres: Verso, 2014.
- BURAWOY, M. "Marxism after Communism". *Theory and Society*, vol. 29, num. 2, 2000.
- _____. BURAWOY, M. "Marxism after Polanyi". In: SATGAR, V.; WILLIAMS, M. (orgs.). *Marxisms in the 21st Century: Crisis, Critique and Struggle*. Joanesburgo: Wits University Press, 2013.
- CASTORIADIS, C. "The Fate of Marxism". In: ROUSSOPOULOS, D. (org.). *The Anarchist Papers*. Montreal: Black Rose, 2001.
- CHAPLIN, R. *The General Strike*. Chicago, 1935.
- CLARK, J. "Marx, Bakunin and the Problem of Social Transformation". *Telos*, num. 42, 1979.
- COMINTERN. "Extracts from 'The Theses on the Revolutionary Movement in Colonial and Semi-Colonial Countries' Adopted by the Sixth Comintern Congress". In: DEGRAS, J. (org.). *The Communist International 1919-1943: Documents*, vol. 2. Londres: Frank Cass & Co, 1971.
- _____. "Theses on the Eastern Question Adopted by the Fourth Comintern Congress". In: DEGRAS, J. (org.). *The Communist International 1919-1943: Documents*, vol. 1. Londres: Frank Cass & Co, 1971.

- _____. “Theses on the National and Colonial Question Adopted by the Second Comintern Congress”. In: DEGRAS, J. (org.). *The Communist International 1919-1943: Documents*, vol 1. Londres: Frank Cass & Co, 1971.
- DARLINGTON, R. “Syndicalism and the Influence of Anarchism in France, Italy and Spain”. *Anarchist Studies*, vol. 17, num. 2, 2009.
- DEUTSCHER, I. *The Prophet Armed: Trotsky (1879-1921)*. Oxford: Oxford University Press, 1954.
- DEVINATZ, V. “Lenin as Scientific Manager under Monopoly Capitalism, State Capitalism, and Socialism: A Response to Scoville”. In: *Industrial Relations*, vol. 42, num. 3, 2003.
- DIRLIK, A. *Anarchism in the Chinese Revolution*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- DRAPER, H. *The ‘Dictatorship of the Proletariat’ from Marx to Lenin*. Nova York: Monthly Review Press, 1987.
- _____. DRAPER, H. *Karl Marx’s Theory of Revolution, vol. IV: Critique of Other Socialisms*. Nova York: Monthly Review Press, 1990.
- ELTZBACHER, P. *Anarchism: Exponents of the Anarchist Philosophy*. Londres: Freedom Press, 1960.
- ENGELS, F. “Letter from Friedrich Engels to Eduard Bernstein (2-3 de novembro de 1882)”. In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 46. Moscou: Progress Publishers, 1989.
- _____. “The Peasant War in Germany”. In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 10. Moscou: Progress Publishers, 1978.
- _____. *Socialism: Utopian and Scientific*. Chicago: Charles H. Kerr, 1917.
- FARBER, S. *Before Stalinism: The Rise and Fall of Soviet Democracy*. Londres: Polity, 1990.
- FLEMING, M. *The Anarchist Way to Socialism: Elisée Reclus and Nineteenth-Century European Anarchism*. Londres: Rowman and Littlefield, 1979.
- FORMAN, M. *Nationalism and the International Labour Movement: The Idea of the Nation in Socialist and Anarchist Theory*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1998.
- GERTH, H. (org.). *The First International: Minutes of the Hague Conference of 1872*. Madison: University of Wisconsin, 1958.
- GORDON, U. “Anarchism Reloaded”. In: *Journal of Political Ideologies*. vol. 12, num. 1, 2007.
- GOROSTIZA, S.; MARCH, H.; SAURI, D. “Servicing Customers in Revolutionary Times: The Experience of the Collectivised Barcelona Water Company During the Spanish Civil War”. In: *Antipode*, vol. 45, num. 4, 2012.
- GOULDNER, A. “Marx’s Last Battle: Bakunin and the First International”. *Theory and Society*, vol. 11, num. 6, 1982.
- _____. *The Two Marxisms: Contradictions and Anomalies in the Development of Theory*. Londres: Macmillan, 1980.
- GUÉRIN, D. *Anarchism: From Theory to Practice*. Nova York: Monthly Review Press, 1970.
- _____. “Marxism and Anarchism”. In: GOODWAY, D. (org.). *For Anarchism: History, Theory and Practice*. Londres: Routledge, 1989.
- HARVEY, D. “Listen Anarchist!”, 2016. Disponível em: <http://davidharvey.org/2015/06/listen-anarchist-by-david-harvey/>.
- HAYWOOD, W.; BOHM, F. *Industrial Socialism*. Chicago: Charles H. Kerr, 1911.

- KAUTSKY, K. *The Road to Power*. Chicago: Samuel Bloch, 1909.
- KROPOTKIN, P. "1st May 1891". In: MCKAY, I. (org.). *Direct Struggle Against Capital: A Peter Kropotkin Anthology*. Oakland: AK Press, 2011.
- _____. "Anarchism". In: BALDWIN, R. (org.). *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets: A Collection of Writings by Peter Kropotkin*. Nova York: Dover Publications, 1970.
- _____. "Anarchist Communism: Its Basis and Principles". In: BALDWIN, R. (org.). *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets: A Collection of Writings by Peter Kropotkin*. Nova York: Dover Publications, 1970.
- _____. *The Conquest of Bread*. Londres: Elephant Editions, 1990.
- _____. *The Great French Revolution, 1789-1793*, 2 vols. Londres: Elephant Editions, 1986.
- _____. "Modern Science and Anarchism". In: BALDWIN, R. (org.). *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets: A Collection of Writings by Peter Kropotkin*. Nova York: Dover Publications, 1970.
- _____. "Must We Occupy Ourselves With an Examination of the Ideal of a Future Society?". In: MILLER, M. (org.). *Selected Writings on Anarchism and Revolution: P.A. Kropotkin*. Cambridge: M.I.T. Press, 1970.
- _____. "The Place of Anarchism in Socialistic Evolution". In: MCKAY, I. (org.). *Direct Struggle Against Capital: A Peter Kropotkin Anthology*. Oakland: AK Press, 2011.
- _____. "Representative Government". In *Words of a Rebel: Peter Kropotkin*. Montreal: Black Rose Books, 1992.
- LENIN, V. "Anarchism and Socialism". In: *Lenin Collected Works*, vol. 5. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1961.
- _____. "The Immediate Tasks of the Soviet Government". In: *Selected Works in Three Volumes*. Moscou: Progress Publishers, 1975.
- _____. *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism: A Popular Outline*. Beijing: Foreign Languages Press, 1970.
- _____. "The State and Revolution: The Marxist Theory of the State and the Tasks of the Proletariat in the Revolution". In: *Selected Works in Three Volumes*. Moscou: Progress Publishers, 1975.
- _____. "Two Tactics of Social-Democracy in the Democratic Revolution". In: *Selected Works in Three Volumes*. Moscou: Progress Publishers, 1975.
- LIH, L. *Lenin Rediscovered: "What is to be Done?" in Context*. Chicago: Haymarket Books, 2008.
- _____. "'The New Era of War and Revolution': Lenin, Kautsky, Hegel and the Outbreak of World War I". In: ANIEVAS, A. (org.). *Cataclysm 1914*. Leiden: Brill, 2015.
- MALATESTA, E. *Fra Contadini: A Dialogue on Anarchy*. Londres: Bratach Dubh Editions, 1981.
- _____. "Syndicalism: An Anarchist Critique [Sic]". WOODCOCK, G. (org.). *The Anarchist Reader*. Glasgow: Fontana/ Collins, 1977.
- ZEDONG, M. "The Chinese Revolution and the Chinese Communist Party". In: TUROK, B. (org.). *Revolutionary Thought in the Twentieth Century*. Johannesburg: Institute for African Alternatives, 1990.
- _____. "On the Correct Handling of Contradictions Among the People". In: *Selected Readings From the Works of Mao Tsetung*. Beijing: Foreign Languages Press, 1971.

- _____. "On the People's Democratic Dictatorship: In Commemoration of the Twenty-Eighth Anniversary of the Communist Party of China". In: *Selected Readings From the Works of Mao Tsetung*. Beijing: Foreign Languages Press, 1971.
- _____. "Report on an Investigation of the Peasant Movement in Hunan". In: *Selected Readings From the Works of Mao Tsetung*. Beijing: Foreign Languages Press, 1971.
- MAROT, J. "Trotsky, the Left Opposition and the Rise of Stalinism: Theory and Practice". In: *Historical Materialism*, vol. 14, num. 3, 2006.
- MARX, K. "The British Rule in India". In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 10. Moscou: Progress Publishers, 1989.
- _____. "Capital: A Critique of Political Economy", vol. 3. In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 37. Londres: Lawrence and Wishart, 1989.
- _____. *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.
- _____. "The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte". In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 11. Moscou: Progress Publishers, 1989.
- _____. "Investigation of Tortures in India". In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 15. Moscou: Progress Publishers, 1989.
- _____. "Theses on Feuerbach". In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 5. Moscou: Progress Publishers, 1989.
- MARX, K.; ENGELS, F. *The Communist Manifesto*. Chicago: Henry Regnery Company, 1954.
- _____. "Preface to the Second Russian Edition of the *Manifesto of the Communist Party*". In: *Marx-Engels Collected Works*, vol. 24. Moscou: Progress Publishers, 1989.
- MAXIMOFF, G. *The Guillotine at Work: Twenty Years of Terror in Russia. The Leninist Counter Revolution*. Orkney: Cienfuegos Press, 1979.
- MCKAY, I. "Another View: Syndicalism, Anarchism and Marxism". *Anarchist Studies*, vol. 20, num. 1, 2012.
- MEHRING, F. *Karl Marx: The Story of his Life*. Londres: Allen & Unwin, 1951.
- MILLER, D. *Anarchism*. Londres: J.M. Dent, 1984.
- MOSS, B. H. *The Origins of the French Labour Movement: The Socialism of Skilled Workers, 1830-1914*. Berkeley: University of California Press, 1976.
- SHERLOCK, S. "Berlin, Moscow and Bombay: The Marxism that India Inherited". In: *South Asia: Journal of South Asian Studies*, vol. 21, num. 1, 1998.
- SHIOZAWA, K. "Marx's View of Asian Society and his 'Asiatic Mode of Production'". In: *The Developing Economies*, vol. 4, num. 3, 1966.
- SHIPWAY, M. "Council Communism". In: RUBEL, M.; CRUMP, J. (orgs.). *Non-Market Socialism in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. Londres: Macmillan, 1987.
- STALIN, J. *Economic Problems of Socialism in the USSR*. Beijing: Foreign Languages Press, 1972.
- _____. "The Party's Three Fundamental Slogans on the Peasant Problem". In: *Leninism: Selected Writings*. Nova York: International Publishers, 1942.
- _____. "The Results of the First Five-Year Plan". In: *Leninism: Selected Writings*. Nova York: International Publishers, 1942.
- STEENSON, G. *Karl Kautsky (1854-1938): Marxism in the Classical Years*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991.

- STEKLOFF, G. *The History of the First International*. Londres: Martin Lawrence, 1928.
- SZELENYI, I.; MARTIN, B. "The Three Waves of New Class Theories". In: *Theory and Society*, vol. 17, num. 5, 1988.
- TCHERKESOFF, W. *Pages of Socialist History: Teachings and Acts of Social Democracy*. Nova York: C.B. Cooper, 1902.
- THORPE, W. *"The Workers Themselves": Revolutionary Syndicalism and International Labour, 1913-1923*. Londres: Kluwer Academic Publishers, 1989.
- TROTSKY, L. *In Defence of Terrorism (Terrorism and Communism): A Reply To Karl Kautsky*. Londres: Labour Publishing Company, 1921.
- _____. *The Lessons of October*. Londres: Bookmarks, 1987.
- _____. *The Permanent Revolution and Results and Prospects*. Nova York: Pathfinder Press, 1986.
- _____. *The Revolution Betrayed: What is the Soviet Union and Where is it Going?* Nova York: Pathfinder Press, 1937.
- _____. *Writings of Leon Trotsky (1936-1937)*. Nova York: Pathfinder Press, 1975.
- VAN DER WALT, L. "Anarchism/Syndicalism as a Vision, Strategy and Experience of Bottom-up Socialist Democracy: A Reply to Daryl Glaser". *Politikon: South African Journal of Political Studies*, vol. 40, num. 2, 2013.
- _____. "Counterpower, Participatory Democracy, Revolutionary Defence: Debating *Black Flame*, Revolutionary Anarchism and Historical Marxism". *International Socialism: A Quarterly Journal of Socialist Theory*, num. 130, 2011.
- _____. "Pour Une Histoire de L'anti-impérialisme Anarchiste: 'Dans Cette Lutte, Seuls Les Ouvriers et Les Paysans Iront Jusqu'au Bout'". In: *Refractions*, num. 8, 2002.
- _____. "Reclaiming Syndicalism: From Spain to South Africa to Global Labour Today". *Global Labour Journal*, vol. 5, num. 2, 2014.
- VAN DER WALT, L.; HIRSCH, S. "Rethinking Anarchism and Syndicalism: The Colonial and Post-colonial Experience, 1870-1940". In: HIRSCH, S.; VAN DER WALT, L. (orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World (1870-1940): The Praxis of National Liberation, Internationalism, and Social Revolution*. Leiden: Brill, 2010.
- VAN REE, E. "Socialism in One Country: A Reassessment". In: *Studies in East European Thought*, vol. 50, num. 2, 1998.

*** Tradução: Ivan Thomaz Leite de Oliveira e Felipe Corrêa.**

*** Publicado originalmente como capítulo do livro *The Brill Companion to Anarchist Philosophy*, organizado por Nathan Jun e publicado pela Brill Academic Publishers, em 2017.**